



Climate & Development
Knowledge Network

Adaptação liderada a nível local nas comunidades africanas

REFLEXÕES A PARTIR DA PRÁTICA

Outubro de 2026





Um visitante inesperado – quando um drone sobrevoa a sua aldeia no condado de Makueni, no Quênia.

Crédito fotográfico: ADA

Autores

Adrian Leitoro	Nature and People as One (NaPO)	Quênia
Ajelica Mulwa	Consórcio de Adaptação (ADA)	Quênia
Amanda April	CDKN África	África do Sul
Ameil Harikishun	CDKN Global	África do Sul
Arsema Andargatchew	CDKN Etiópia	Etiópia
Baana Enono Arnaud	Grand Slam	Camarões
Bernard Gnantonou	Sobrevivência da mãe e da criança	Benim
Driuni Jakani	Empoderamento dos Jovens e Ajuda ao Desenvolvimento (YEDA)	Sudão do Sul
Emefa Ama Ewoenam Atiamoah	Joy News	Gana
Esperanza Karaho	CDKN Quênia	Quênia
Essia Guezzi	CDKN África	Tunísia
Ester Nangolo	CDKN Namíbia / Universidade da Namíbia	Namíbia
Fatema Rajabali	CDKN África	Quênia
Gabriela Villamarin	Fundação Futuro Latino-Americano (FFLA)	Equador
Hosia Mavoto Moises	Fundação MICAIA	Moçambique
Kaback O Jean Pascal Correa	CDKN Senegal / ENDA	Senegal
Kadoukpe Jérôme Allale	Sobrevivência da mãe e da criança	Benim
Kaleb Worku	CDKN Etiópia	Etiópia
Kengeza Hengombe	Fórum da Juventude de Otjine	Namíbia
Kennedy Jomokela	Humanitarian OpenStreet Map (HOT)	Zâmbia
Kevin Stanley Mburu	CDKN África	Quênia
Lilian Dokhe	NaPO	Quênia
Lisa McNamara	CDKN Global	África do Sul
Loitiptip Loronyokwe	NaPO	Quênia
Lucia Saide	Fundação MICAIA	Moçambique
Lucia Scodanibbio	CDKN Global	África do Sul
Mairi Dupar	CDKN Global	Reino Unido
Margaret Angola	CDKN Namíbia / Universidade da Namíbia	Namíbia
Nadia Sitas	CDKN Global	África do Sul
Natacha Bigo	Sobrevivência da mãe e da criança	Benim
Ousmane Gning	CDKN Senegal / ENDA	Senegal
Patricia Bamanyaki	CDKN Global	Uganda
Philip Paida	YEDA	Sudão do Sul
Príncipe Ansah	CDKN Gana	Gana
Rokhy Ndiaye	ENDA	Senegal
São Florence Raposo	Rede de Jovens de Gonzololo	Moçambique
Shehnaaz Moosa	Diretora Executiva, CDKN	África do Sul
Shruti Sadhukhan	ICLEI Sul da Ásia	Índia
Valerie Nutakor	CDKN Gana	Gana

Sobre a Rede de Conhecimento sobre Clima e Desenvolvimento

A Rede de Conhecimento sobre Clima e Desenvolvimento (CDKN) é um programa liderado pelo Sul Global, fundado em 2010. O programa é gerido pela SouthSouthNorth e implementado em parceria com a Fundación Futuro Latinoamericano (FFLA) e a ICLEI South Asia. A CDKN trabalha para melhorar o bem-estar das pessoas mais afetadas pelas alterações climáticas no Sul Global, especialmente dos grupos marginalizados, através de ações transformadoras e resilientes às alterações climáticas. Trabalhamos em parceria com os setores público, da sociedade civil e privado para mobilizar conhecimento, liderança e capacidade no Sul Global, desde o nível local até ao nível global.

A CDKN África procura promover os seus três resultados estratégicos — igualdade de género e inclusão social (GESI), financiamento climático equitativo e adaptação baseada nos ecossistemas (EbA) — através de abordagens lideradas por africanos e centradas nas pessoas, que reconheçam a interseccionalidade, reforcem a liderança local e respondam às prioridades continentais para um desenvolvimento resiliente às alterações climáticas, articuladas na Agenda 2063 e na Estratégia e Plano de Ação da União Africana para as Alterações Climáticas e o Desenvolvimento Resiliente (2022–2032). Guiado pela sua abordagem de mediação de conhecimento, o programa gerou, interligou e mobilizou evidências, parcerias e aprendizagem para reforçar a adaptação climática inclusiva em toda a África.

A CDKN África e os seus parceiros contribuem para este relatório com as suas experiências únicas na promoção, na prática, de uma adaptação equitativa e liderada pela comunidade. A CDKN tem vindo a investir diretamente nas comunidades africanas desde 2024, através de programas nacionais no Quénia, na Etiópia, no Gana, no Senegal e na Namíbia, bem como das subvenções «Knowledge-to-Action» (K2A). Os autores são profissionais que aprenderam na prática. Alguns dos autores estão integrados nas comunidades e a impulsionar a adaptação «a partir da base» através de projetos K2A. Outros são profissionais das equipas nacionais e regionais africanas da CDKN que têm apoiado e facilitado projetos K2A e outras iniciativas lideradas localmente.

Este trabalho foi realizado com o apoio de uma subvenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos e do Centro Internacional de Investigação para o Desenvolvimento (IDRC), do Canadá, no âmbito do Programa da Rede de Conhecimento sobre Clima e Desenvolvimento (CDKN). As opiniões aqui expressas não representam necessariamente as do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, nem as do IDRC ou do seu Conselho de Governadores, nem as das entidades que gerem a CDKN.

Copyright © 2026, Rede de Conhecimento sobre Clima e Desenvolvimento. Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma Licença Creative Commons de Atribuição, Não Comercial (CC BY-NC 3.0).

Imagem da capa: Um participante da formação do laboratório de comunicação social sobre narrativa, filmagem e fotografia, realizada em Marsabit, no Quénia. (Crédito: Moses Harugura, NaPO)

Agradecimentos

Os autores dirigem os seus agradecimentos especiais à equipa editorial da CDKN: Robin Heuermann, Diana Sousa e Cris Robertson, sem cujo apoio prático e sabedoria este artigo não teria sido possível; e também à equipa de eventos e operações da CDKN, que prestou apoio logístico à realização do processo de cocriação da LLA.

Os autores agradecem igualmente aos revisores: Georgina Cundill-Kemp (IDRC), Robert Hofstede (Universidade de São Francisco de Quito), Maimuna Kabatesi (Fundação Vibrant Village) e Peter Taylor (Instituto de Estudos de Desenvolvimento). O conteúdo deste relatório é da exclusiva responsabilidade dos autores.

Abreviaturas

AGNES	Apoio dos peritos do Grupo Africano de Negociadores
BPM	Baobab Products Moçambique
CBD	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CbA	Adaptação baseada na comunidade
CDKN	Rede de Conhecimento sobre Clima e Desenvolvimento
DRR	Redução do risco de catástrofes
EbA	Adaptação baseada nos ecossistemas
ENDA	Ação para o Ambiente e o Desenvolvimento no Terceiro Mundo
FFLA	Fundação Futuro Latino-Americano
FLoCCA	Financiamento da Adaptação às Alterações Climáticas Liderada Localmente
GCA	Centro Global de Adaptação
GESI	Igualdade de género e inclusão social
VIH/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
HOT	Equipa Humanitária do OpenStreetMap
IDRC	Centro Internacional de Investigação para o Desenvolvimento
IIED	Instituto Internacional para o Ambiente e o Desenvolvimento
ILK	Conhecimento indígena e local
IPCC	Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas
K2A	Do Conhecimento à Ação
LLA	Adaptação liderada localmente
MERL	Monitorização, avaliação, elaboração de relatórios e aprendizagem
NaPO	A Natureza e as Pessoas como Um Todo
PNA	Planos Nacionais de Adaptação
NDCs	Contribuições Determinadas a Nível Nacional
ONG/ONGs	Organização(ões) não governamental(ais)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PLWD	Pessoas com deficiência
PPP	Parcerias público-privadas
PPPs	Parcerias público-privadas de base comunitária
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
SMART	Ferramenta de Monitorização Espacial e Elaboração de Relatórios
ONU	Nações Unidas
UNEPFI	Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas
WRI	Instituto Mundial de Recursos
YEDA	Empoderamento dos Jovens e Ajuda ao Desenvolvimento

RESUMO EXECUTIVO

Este relatório apresenta as experiências de uma rede de profissionais que estão a inovar com abordagens personalizadas para a adaptação liderada localmente (LLA), em diversos contextos africanos. Estas vozes não são normalmente ouvidas nos debates regionais e internacionais; o relatório proporciona-lhes uma nova plataforma. Desta forma, o relatório procura acrescentar profundidade e riqueza à compreensão internacional da LLA. Para as definições dos principais termos relacionados com a adaptação climática e a LLA utilizados ao longo deste relatório, consulte o Glossário (página xx).

A equidade social necessita de maior destaque na LLA.

Os debates sobre a LLA enfatizam os elementos «local» e «liderança» da LLA, mas correm o risco de ignorar a necessidade crítica de uma adaptação que seja socialmente equitativa. A equidade social é uma condição essencial da LLA e *uma característica necessária dos seus resultados duradouros*. Com isto, queremos dizer que as iniciativas de adaptação devem ser lideradas de forma equitativa por grupos sociais específicos dentro das comunidades e responder plenamente às suas prioridades. Isto pode envolver mulheres, jovens e pessoas com deficiência; mas também, fundamentalmente, as necessidades e capacidades interligadas de diferentes grupos sociais. Esses grupos possuem conhecimentos e competências vitais para contribuir, bem como vulnerabilidades específicas às alterações climáticas. Dar maior destaque à equidade, desde a conceção até à implementação, monitorização e gestão adaptativa da LLA, promoverá a justiça, revelar-se-á mais eficaz e proporcionará benefícios reais às pessoas mais afetadas pelas alterações climáticas.

As comunidades devem ser o foco principal.

O termo «local» é frequentemente utilizado, no contexto dos quadros políticos globais e dos fluxos de investimento, para se referir a iniciativas de adaptação em grande escala, ou mesmo nacionais. As iniciativas destinadas a apoiar a adaptação a nível local (LLA) exigem uma abordagem muito mais detalhada e centrada na comunidade. Devem apoiar as pessoas nas comunidades a avaliar os riscos climáticos e a implementar soluções adaptadas às suas necessidades. Devem criar espaço e permitir que os atores e as instituições comunitárias se envolvam de forma construtiva nas prioridades políticas e nos quadros de investimento definidos a nível sub-nacional, nacional e internacional, de modo a que haja um fluxo bidirecional de ideias, informação e influência, e não uma abordagem «de cima para baixo» que se limite a impor a implementação nas comunidades.

Recomendações

Para os atores locais responsáveis pela implementação e para os intermediários que com eles trabalham:

- **Apoiar as comunidades para que promovam o diálogo** sobre as alterações climáticas na sua própria língua, enquadrado nas suas próprias referências culturais e preocupações predominantes, de modo a estimular um ciclo construtivo de interesse, inovação, aprendizagem e ação na adaptação às alterações climáticas.
- **Promover a ação da LLA no âmbito das instituições comunitárias existentes** — formais e informais — que são bem utilizadas e respeitadas pela população local, com vista a sustentar a capacidade ao longo do tempo.
- **Assegurar que os grupos sociais marginalizados e excluídos participem de forma significativa** nas estruturas e processos de tomada de decisão da LLA. Explorar formas de apoiar a sua participação, para que não estejam meramente presentes, mas também bem informados e equipados para exercer influência.
- **Solicitar aos parceiros financeiros fundos de apoio ao planeamento ou à preparação do projeto** para compensar os membros da comunidade pelo tempo dedicado à avaliação das necessidades e ao trabalho de definição do âmbito do projeto, conforme necessário. Isto deve incluir avaliações das necessidades em matéria de igualdade de género e inclusão social (GESI).

- **Assegurar que os contributos em espécie das comunidades sejam contabilizados e plenamente reconhecidos nas parcerias externas.** Reconhecer o conhecimento, o trabalho e os bens materiais que as comunidades contribuem para a LLA reforça a justificação para uma verdadeira liderança comunitária na decisão sobre como os recursos externos e internos combinados são utilizados.
- **Defina um papel claro e intencional para os atores locais**, que seja adequadamente remunerado, para educar e informar os parceiros externos sobre os riscos e impactos climáticos na sua localidade, bem como sobre os valores e prioridades de ação da população local. Esta «redefinição» da dinâmica convencional doador/beneficiário é necessária para concretizar parcerias equitativas, justas e respeitadas para a LLA.

Para os parceiros financeiros:

- **Orientem-se pela diversidade dos contextos locais.** Partam do conhecimento, das prioridades e da experiência vivida pela comunidade como base para conceber e avaliar iniciativas. Sempre que relevante, canalizem o financiamento para organizações intermediárias locais capazes de o fazer.
- Reconheçam que a vulnerabilidade às alterações climáticas, bem como a capacidade de liderar a adaptação, é moldada por **fatores sociais, económicos e culturais interligados** que vão além de fatores isolados, como o género ou a idade.
- **Apoiem-se nas instituições e sistemas locais existentes** que contam com um forte apoio da comunidade e se baseiam na experiência vivida, em vez de criarem estruturas paralelas que correm o risco de comprometer ou ignorar a capacidade existente.
- **Apoiar os mediadores de conhecimento** e os intermediários locais e externos, sempre que apoiados pelas comunidades.
- **Financiar relações, redes e coordenação**, e não apenas projetos ou organizações individuais. Uma mudança duradoura requer colaboração, confiança e ação coletiva entre os diferentes atores e instituições.
- **Prestar apoio financeiro de base plurianual**, que é urgentemente necessário para a construção de confiança e o reforço institucional que a LLA requer ao nível comunitário.
- **Em contextos afetados por conflitos**, ir além da ajuda de emergência a curto prazo para apoiar vias de longo prazo, enraizadas na comunidade e sensíveis às questões de género, equidade e inclusão (GESI), com vista ao reforço das capacidades locais, dos meios de subsistência e da adaptação.
- **Defender a proteção, os direitos e as normas éticas como requisito mínimo para a parceria.**
- **Considerar a concessão de subvenções iniciais de planeamento ou preparação** a organizações e/ou prolongar a duração das subvenções, permitindo que o primeiro ano se concentre na definição do âmbito e na preparação para futuras ações de adaptação.

Para os governos:

As recomendações para os governos nacionais devem ser específicas ao contexto, dada a diversidade dos sistemas de governação em todo o continente africano e os diferentes graus de descentralização. As recomendações incluem:

- **Legislar e financiar o desenvolvimento descentralizado, que se estende ao domínio da adaptação.**
- **Integrar os processos de adaptação liderados pela comunidade** nos Planos Nacionais de Adaptação (PNA), nas Contribuições Determinadas a Nível Nacional (CDN) e noutros planos e estratégias nacionais.
- **Reconhecer sistematicamente o papel das instituições comunitárias equitativas em termos de género e sociais na adaptação.**

Para os organismos regionais:

- **Incorporar a adaptação liderada pela comunidade** na implementação da Agenda 2063 e de outros compromissos à escala continental.



Uma mulher de uma comunidade pastoril da Zona de Omo do Sul, na Etiópia, dá o seu contributo numa reunião de grupo da Associação Económica e Social da Aldeia.
Crédito fotográfico: Kaleb Worku

ÍNDICE

Autores	1
Sobre a Rede de Conhecimento sobre Clima e Desenvolvimento	2
Agradecimentos	2
Abreviaturas	3
Resumo executivo	4
Recomendações	4
1. Introdução	10
Os argumentos a favor da liderança local	10
Objetivo do relatório	14
A nossa interpretação da liderança local	14
A resiliência que queremos ver	17
2. Compreender os riscos climáticos e a resiliência	19
Como as vulnerabilidades e as capacidades diferem dentro das comunidades	24
Reconhecer e dar resposta às necessidades interseccionais das pessoas	25
3. Como as intervenções lideradas pela comunidade estão a aumentar a resiliência	27
Passar da avaliação de riscos para o planeamento e a ação	27
Criação de instituições locais sustentáveis e alianças para a LLA	29
Promover a liderança juvenil e a colaboração intergeracional	34
Reforço da liderança das mulheres	38
Valorizar as pessoas com deficiência	40
Inovar na utilização da tecnologia	40
Mobilização dos recursos próprios pelas comunidades	43
O caso especial dos contextos afetados por conflitos	44
4. O papel crucial das políticas nacionais e subnacionais	46
O carácter descentralizado do governo	46
Aproveitar a experiência da comunidade para garantir políticas propícias	47
Identificar e abordar as políticas que dificultam a ação local	47
5. Como as parcerias de financiamento externo podem reforçar uma adaptação equitativa e baseada na comunidade	49
Descentralização, responsabilização descendente e liderança comunitária nas parcerias de financiamento	49
Como o intercâmbio entre pares e a criação de redes podem fortalecer a liderança comunitária	52
6. Conclusões e recomendações	54
Recomendações para os atores locais de implementação	55
Recomendações para as autarquias locais	56
Recomendações para intermediários externos	56
Recomendações para os governos nacionais	57
Recomendações para os parceiros financiadores	58
Recomendações adicionais para os intervenientes internacionais	58
Anexo	59
Projetos e programas da CDKN África	59
Glossário	62

ADAPTAÇÃO LIDERADA LOCALMENTE

PROMOVER COMUNIDADES E LIDERANÇA INCLUSIVAS



LIGAR SISTEMAS DE CONHECIMENTO DIVERSOS



REFORÇAR A GOVERNANÇA E OS QUADROS JURÍDICOS

Construir sistemas de governança que apoiem a LLA



Incorporar medidas climáticas nas leis e políticas para garantir compromisso e financiamento a longo prazo



Garantir que os PROCESSOS de tomada de decisão capacitem as mulheres, os jovens, as pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados



IGUALDADE DE GÉNERO E INCLUSÃO SOCIAL

Reconhecer e apoiar MULHERES, JOVENS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OUTROS GRUPOS MARGINALIZADOS COMO LÍDERES

Tornar as políticas climáticas nacionais e locais mais inclusivas socialmente e sensíveis às questões de género

CRIAR MEIOS DE SUBSISTÊNCIA SUSTENTÁVEIS E RESILIÊNCIA



Diversificar os meios de subsistência para reforçar a resiliência aos choques climáticos



Proporcionar financiamento a longo prazo flexível e previsível que permita às comunidades liderar a adaptação

Apoiar cadeias de valor inclusivas que gerem rendimentos sustentáveis, protegendo simultaneamente os ecossistemas de que dependem

PROMOVER A LLA EM CONTEXTOS AFETADOS POR CONFLITOS

Reunir as pessoas em torno de prioridades comuns de adaptação ajuda a restabelecer a confiança e a reforçar a resiliência



Em contextos afetados por conflitos, a LLA deve ter em conta os conflitos, basear-se na mobilidade e ser liderada a nível local

LOCALLY LED ADAPTATION



A LLA COMO TRANSFORMAÇÃO SISTÊMICA



Abordar as causas profundas da vulnerabilidade, incluindo pobreza, discriminação e má governação



Abordar as causas profundas da vulnerabilidade, incluindo pobreza, discriminação e má governação

1. INTRODUÇÃO

Os argumentos a favor da liderança local

Em toda a África, as comunidades há muito que se adaptam à variabilidade e às alterações climáticas através do conhecimento local, da ação coletiva e das práticas indígenas. No entanto, estas formas de resiliência continuam frequentemente a ser subvalorizadas no planeamento climático nacional e a receber um apoio insuficiente por parte dos mecanismos de financiamento da adaptação. A defesa da liderança local na adaptação às alterações climáticas tem vindo a ganhar força há já alguns anos. Em vez de implementar atividades concebidas noutro local, defende-se uma liderança local que permita às pessoas identificar prioridades, avaliar desafios, tomar decisões e orientar a conceção dos programas.

A LLA reflete tendências mais amplas no desenvolvimento internacional, favorecendo a «localização» do planeamento e da implementação, bem como a concretização de benefícios de desenvolvimento localizados. A Agenda 2063 da União Africana, por exemplo, estabelece uma visão de bem-estar humano e de um ambiente saudável que sustenta as comunidades locais. Apela a que «os recursos naturais únicos de África, o seu ambiente e ecossistemas, incluindo a sua vida selvagem e terras selvagens, [sejam] saudáveis, valorizados e protegidos, com economias e comunidades resilientes às alterações climáticas» (União Africana, 2015: 1).¹ A Agenda analisa como se pode potenciar uma liderança comunitária mais forte e, em particular, como os jovens, as mulheres, as pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados de África podem beneficiar de forma equitativa das iniciativas de desenvolvimento.

1. União Africana (2015). *Agenda 2063: A África que Queremos*; n.º 10; página 3. https://au.int/Agenda2063/popular_version

Participantes praticam técnicas de narrativa visual durante o Laboratório de Narrativa em Fotografia e Vídeo em Marsabit, no Quênia, desenvolvendo competências para documentar iniciativas comunitárias de conservação e adaptação

Crédito fotográfico: NaPO



Os parceiros financiadores estão a seguir uma direção semelhante: a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) elaborou orientações para a ajuda pública ao desenvolvimento liderada a nível local, argumentando que tais abordagens podem «reforçar a relevância e o impacto das intervenções de desenvolvimento, humanitárias e de consolidação da paz, tal como definidas por aqueles com quem e para quem são concebidas» (projeto da OCDE 2026: 14).²

Estender a tendência geral de «localização» do desenvolvimento internacional ao apoio à adaptação às alterações climáticas é profundamente lógico. Os impactos das alterações climáticas são inerentemente locais e variam de lugar para lugar. O local onde se vive e trabalha determina a exposição a riscos climáticos, tais como calor excessivo, inundações e subida do nível do mar. A vulnerabilidade é também moldada pelas condições locais, incluindo os sistemas políticos, económicos e sociais, bem como pela geografia física (IPCC, 2021).³ O conhecimento local e a experiência vivida são necessários para identificar e responder a estes riscos climáticos complexos e interligados. Da mesma forma, a capacidade de adaptação das pessoas e as suas preferências quanto à forma de se adaptarem são moldadas pelos seus contextos sociais, ambientais/ecológicos, económicos, políticos e culturais.

A «localização» das estruturas de apoio para a adaptação às alterações climáticas implica uma abordagem com escalas múltiplas, com abordagens locais, nacionais, regionais e internacionais interligadas e complementares. A oportunidade reside em permitir que a liderança local prospere no seio destes sistemas com escalas múltiplas. Isto deve acontecer de forma a permitir que as iniciativas concebidas e implementadas localmente prosperem, gerando benefícios e aprendizagem a nível local (Lehtman e Tyldesley, 2026⁴) e criando oportunidades para partilhar experiências com outros, tal como este relatório procura fazer.

Existem provas claras de que as abordagens de cima para baixo à adaptação às alterações climáticas não funcionam (Eriksen et al., 2021)⁵. Isto inclui as experiências vividas pelo nosso grupo de autores (ver Caixa 1: Por que razão as abordagens de cima para baixo à adaptação não funcionam). O relatório emblemático da Comissão Global sobre Adaptação, intitulado «*Adapt Now*», destacou o «desequilíbrio» entre a amplitude das ações e da inovação a nível local e a falta de recursos disponíveis: «As pessoas e as comunidades na linha da frente das alterações climáticas são, muitas vezes, as mais ativas e inovadoras no desenvolvimento de soluções de adaptação. No entanto, com demasiada frequência, carecem de acesso aos recursos e ao poder necessários para implementar soluções» (GCA, 2019: 62).⁶

2. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Comité de Ajuda ao Desenvolvimento – OCDE CAD (2026). «[Orientações práticas para apoiar o desenvolvimento liderado localmente](#).»
3. IPCC, 2022: Resumo para os decisores políticos [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, M. Tignor, A. Alegria, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem (eds.)]. Em: *Alterações Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas* [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegria, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido e Nova Iorque, NY, EUA, pp. 3–33, doi:10.1017/9781009325844.001.
4. Lehtman, S. e Tyldesley, S. (2026) «Caminhos para a adaptação liderada localmente: lições para um financiamento eficaz da resiliência climática», relatório da Aliança de Resiliência Climática de Zurique.
5. Eriksen et al. (2021). Intervenções de adaptação e o seu efeito na vulnerabilidade nos: ajuda, obstáculo ou irrelevância? World Development.
6. Comissão Global sobre Adaptação (2019). *Adapt Now: Um apelo global à ação para a liderança em resiliência climática*. Roterdão: Centro Global de Adaptação. <https://gca.org/about-us/the-global-commission-on-adaptation/>

Adaptação liderada a nível local nas comunidades africanas: reflexões a partir da prática



Apanhadores aguardam para transportar fruto de baobá no norte da província de Manica, em Moçambique.

Crédito fotográfico: Fundação Micaia

CAIXA 1

Por que razão as abordagens de adaptação de cima para baixo não funcionam

De acordo com a nossa experiência direta enquanto autores, a imposição de «soluções» de adaptação concebidas externamente às comunidades não funciona:

«Vejo uma diferença clara quando as comunidades assumem a propriedade de projetos como [a barragem de Miu Weir, no condado de Machakos, no Quênia], em vez de estes serem intervenções políticas. No meu país, o governo anterior prometeu uma barragem a cada aldeia para ajudar na irrigação das suas quintas. Infelizmente, neste momento, nenhuma destas barragens está a funcionar porque se tratou de uma abordagem de cima para baixo, o que, obviamente, não funciona.»

– Emeffa Ama Ewoenam Atiamoa, Gana

«Devido ao conflito nacional, os doadores internacionais não estão dispostos a financiar diretamente o governo nacional, mas canalizam os fundos através de agências multilaterais que, normalmente, subcontratam ONG. As agências internacionais têm uma tendência para exigir formas de trabalho que foram eficazes noutros países, por exemplo, a utilização de pagamentos móveis no Quênia. Isto é completamente ineficaz na economia baseada em dinheiro do Sudão do Sul, onde o acesso à eletricidade fora da capital, Juba (incluindo para carregar telemóveis), é praticamente inexistente. É preciso conceber soluções que se adaptem ao contexto, e isso significa colocar a conceção nas mãos da população local.»

– Driuni Jakani, Sudão do Sul.



Membros da comunidade participam numa sessão de sensibilização sobre associações comunitárias de poupança e crédito (VSLA) em Mundri West, no Sudão do Sul, para explorar a forma como a poupança e o crédito coletivos podem reforçar a resiliência dos agregados familiares e apoiar o desenvolvimento local

Crédito fotográfico: YEDA

A investigação destaca o quão pouco financiamento para a adaptação chega aos atores locais. Em teoria, as agências de desenvolvimento bilaterais e multilaterais pretendem que os seus fundos cheguem diretamente às comunidades; na prática, o financiamento internacional para o clima é fortemente direcionado para organizações internacionais, consultores e entidades nacionais.

É mesmo difícil determinar quanto financiamento climático é desembolsado sob o controlo de atores locais, devido à falta de transparência. Um estudo do Instituto Internacional para o Ambiente e o Desenvolvimento (IIED) revelou que «o impacto ou envolvimento local foram mencionados em transações que representavam menos de um terço (29 %) do financiamento total [internacional para a adaptação]» e que «apenas 0,17 % mencionavam os termos “liderado localmente” ou “liderado pela comunidade” ao longo de oito anos», entre 2016 e 2023 (Treichel et al., 2025).⁷

Em conjunto, a realidade dos impactos climáticos localizados, a força do conhecimento local, a necessidade de soluções adequadas ao contexto local e a «desigualdade de condições» no financiamento climático têm impulsionado o movimento LLA. Um consórcio de organizações internacionais lançou oito Princípios da LLA em 2019-20. Estes princípios surgiram em resposta à necessidade de o financiamento para a adaptação chegar diretamente às comunidades e ao reconhecimento de que as abordagens de adaptação de cima para baixo estão frequentemente mal alinhadas com as realidades e prioridades locais. No início de 2026, os Princípios da LLA contavam com mais de 130 signatários institucionais, incluindo governos, instituições globais de renome e ONG locais e internacionais. Está disponível online uma lista completa dos signatários e dos recursos relacionados. Este relatório acrescenta profundidade e perspetivas práticas aos Princípios da LLA, baseando-se nas experiências dos profissionais e das comunidades com a LLA. Ao fazê-lo, ilustra como princípios como a liderança local, a apropriação, a equidade e a tomada de decisões inclusiva se traduzem na prática, ao mesmo tempo que dá destaque às perspetivas de organizações e vozes frequentemente sub-representadas nas discussões regionais e globais sobre a LLA.

7. Treichel, P. et al. (2025). *Implementado localmente ou liderado localmente? Acompanhamento do financiamento para a ação climática comunitária*. Londres: Instituto Internacional para o Ambiente e o Desenvolvimento. <https://www.iied.org/22674iied>.

Objetivo do relatório

A CDKN propôs-se a documentar as lições retiradas dos seus esforços para promover a LLA. Neste contexto, o programa da CDKN para África reuniu dezasseis parceiros de nove países africanos para um percurso de aprendizagem de um ano sobre a LLA (agosto de 2025 a julho de 2026). Este documento é o resultado desse processo participativo.

Tudo começou com um workshop em Machakos, no Quênia, que envolveu os projetos «Knowledge-to-Action» (K2A) da CDKN, os programas nacionais e os parceiros que trabalham com comunidades no Benim, nos Camarões, na Etiópia, no Gana, no Quênia, em Moçambique, na Namíbia e no Sudão do Sul. Os participantes provinham de contextos diversos: desde terras agrícolas afetadas por conflitos até vastas pastagens de pastoreio; desde florestas sagradas rurais até aglomerados urbanos em rápido crescimento.

O workshop constituiu um espaço para refletir sobre os momentos em que as comunidades moldam genuinamente a adaptação e sobre as barreiras sistémicas que continuam a limitar a inclusão, a autonomia e a resiliência a longo prazo. Os 41 participantes (22 mulheres) exploraram também os recursos institucionais, humanos e financeiros necessários para alcançar e sustentar abordagens impulsionadas pela comunidade em grande escala. Refletiram sobre as condições necessárias para integrar estas abordagens de forma mais ampla nos sistemas de governação. Seguiu-se um processo de um ano de diálogo, reflexão e coautoria através de workshops e conversas online, que culminou neste volume.

A nossa interpretação da liderança local

À medida que a LLA se torna mais amplamente utilizada, uma das nossas principais reflexões é que as pessoas compreendem e utilizam o termo e os oito Princípios da LLA de formas diferentes. Como parte da nossa intenção de contribuir para o debate sobre a LLA, questionámos os significados por trás de «local» e «liderança» e perguntámos: será que a terminologia «LLA» vai suficientemente longe? Nesta secção, procuramos desdobrar a nossa compreensão da terminologia da LLA, com base nas experiências práticas da CDKN e dos seus parceiros.

Uma das nossas principais observações é que as partes interessadas utilizam o termo «local» em «LLA» para se referirem a muitas escalas diferentes de tomada de decisão e ação. Em alguns contextos globais, como por exemplo ao discutir a alocação de financiamento climático, o termo «local» pode significar o desembolso de fundos a atores nacionais para que estes os gastem em atividades implementadas localmente (por exemplo, Chaudhury, 2020⁸), sem que haja uma verdadeira tomada de decisão por parte da população local. Acreditamos que esta interpretação de «local» torna mais difícil manter uma conversa produtiva sobre a mudança que queremos ver. Neste relatório, preferimos especificar que «local» se refere às comunidades (ver Caixa 2: *Quem são as comunidades locais?*).

Referimo-nos frequentemente neste relatório à adaptação «liderada pela comunidade» ou «liderada pela comunidade local», porque é mais preciso. Este enfoque na comunidade reflete a realidade das ações de adaptação generalizadas que as comunidades africanas enraizadas no território já estão a levar a cabo e pretendem liderar a longo prazo. Reflete o mundo que queremos ver: onde as prioridades e as vozes da comunidade orientam as parcerias de adaptação.

Além disso, a nossa análise do termo «LLA» revela que outros podem utilizar o termo como sinónimo apenas

8. Chaudhury (2020) apresenta um exemplo da utilização do termo «local» para se referir a atividades à escala nacional: «O papel dos intermediários na catalisação do financiamento climático está a ganhar reconhecimento no âmbito das políticas e práticas globais. As alterações climáticas, com a sua agenda política e científica global, mas com atividades locais a nível nacional, têm constituído um cenário ideal para que os intermediários do financiamento climático, que se situam entre estes dois mundos, surjam e possibilitem a ação» em «O papel dos intermediários na definição do financiamento climático nos países em desenvolvimento — Lições do Fundo Verde para o Clima», *Sustainability*, 12, 5507; doi:10.3390/su12145507 página 1 de 17

de «localização», sem as dimensões críticas de equidade social que existem nos princípios subjacentes à LLA.⁹ A liderança comunitária genuína é necessária, mas não suficiente. É vital saber *quem*, dentro da comunidade, está capacitado para liderar. A liderança deve ser socialmente equitativa, o que significa que deve incluir de forma significativa grupos que foram historicamente marginalizados e excluídos, tais como as mulheres e os jovens em toda a sua diversidade. A este respeito, a equidade social não é um «acréscimo», mas é absolutamente intrínseca à eficácia, sustentabilidade e justiça da LLA. Dedicamos uma atenção considerável nos capítulos que se seguem à exploração das diferentes escalas geográficas em que os atores estão a trabalhar para facilitar ou dificultar a LLA, incluindo ao nível da comunidade. Analisamos também como a LLA socialmente equitativa pode ser alcançada na prática e os resultados que produz.

Tendo em conta estas reflexões, a nossa interpretação da LLA necessária em toda a África é aquilo a que poderíamos chamar «adaptação equitativa e liderada pela comunidade». No entanto, ao longo deste relatório, evitamos criar uma nova sigla e continuámos a utilizar a formulação bem conhecida de «LLA». Contudo, pretendemos que o termo «local» reflita as comunidades locais enraizadas no território e consideramos a equidade social na liderança local de importância primordial.

O que aprendemos também destacou os *benefícios e os resultados* da adaptação, bem como os *processos*. A expressão «LLA» implica um foco na liderança e, por conseguinte, nos processos de mudança. Deve haver também um foco nos resultados: quem beneficia dos esforços de adaptação e de que forma, e a adaptação está a chegar às pessoas mais afetadas pelas alterações climáticas dentro das comunidades? A LLA deve proporcionar benefícios e processos equitativos, especialmente para as pessoas mais afetadas pelas alterações climáticas. Tentámos entrelaçar os fios narrativos entre os processos equitativos e liderados pela comunidade, adotados ao longo de todo o ciclo de adaptação, e as evidências que recolhemos sobre os benefícios para diferentes grupos dentro das comunidades.

CAIXA 2

Quem são as comunidades locais?

Não existe uma definição formal de «comunidade local» ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) ou da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). As Convenções convidam as comunidades locais a autodefinirem-se.

Uma definição é fornecida pelo Fórum Permanente das Nações Unidas para as Questões Indígenas (2006)¹⁰, como pessoas que vivem num determinado local, dependem dos recursos locais e possuem «conhecimento acumulado, inovações e práticas relativas à gestão e ao desenvolvimento sustentáveis desses territórios, incluindo conhecimento ambiental útil».

A noção de «comunidades locais» utilizada neste relatório é semelhante: abrange as pessoas que vivem num determinado local, dependem diretamente dos recursos ambientais que as rodeiam e os gerem. A CDKN utiliza o termo «comunidade local» neste relatório para incluir pessoas com estas características em ambientes rurais, periurbanos e urbanos, bem como para incluir pessoas que se deslocam numa determinada paisagem: quer se desloquem por essa paisagem, como é o caso dos pastores, quer tenham optado por se mudar para um local por razões económicas, sociais ou ambientais. Assim, na nossa compreensão do termo aqui, «comunidades locais» podem incluir povos indígenas e comunidades «tradicionais» com ligações de longa data a um local, bem como grupos de pessoas que chegaram mais recentemente e que acedem e gerem os recursos ambientais de um local nas suas vidas quotidianas. Não pressupõe uma identidade social ou cultural homogénea e reconhece a diversidade de experiências, interesses e prioridades dentro dos grupos que vivem no mesmo local.

9. A equidade social é o Princípio 2 dos Princípios LLA: Abordar as desigualdades estruturais enfrentadas por mulheres, jovens, crianças, pessoas com deficiência e deslocadas, povos indígenas e grupos étnicos marginalizados. Para mais detalhes, consulte: <https://www.iied.org/principles-for-locally-led-adaptation>

10. Fórum Permanente das Nações Unidas para as Questões Indígenas (2006). «Quem são as comunidades locais?» Nova Iorque: Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA). <https://social.desa.un.org/issues/indigenous-peoples/unpfi>

Por fim, a nossa investigação de aprendizagem destacou os diversos atores intermediários envolvidos na conceptualização, financiamento, implementação, avaliação e aprendizagem com a LLA. Constatámos que agrupá-los a todos como «intermediários», sem diferenciar os seus papéis, poderia ser confuso. Por conseguinte, procurámos distinguir entre instituições e indivíduos intermediários locais e intermediários externos, que se encontram mais distantes dos processos comunitários (ver Caixa 3: *Quem são os intermediários?*). Apresentámos também, na nossa discussão e recomendações, perspetivas específicas para os parceiros financiadores, que igualmente definimos.

CAIXA 3

Quem são os intermediários?

A ideia de indivíduos e instituições intermediárias está amplamente difundida nas políticas e práticas de desenvolvimento. Os intermediários podem desempenhar simultaneamente múltiplas funções, em várias escalas de ideias, investimento e ação. Podem ajudar a facilitar a partilha de conhecimento, inovação e aprendizagem — o que se sobrepõe à terminologia de «facilitadores de conhecimento e inovação»¹¹ (Meyer, 2010 ;¹² Bielak et al., 2008). Podem tomar decisões, atribuir recursos, gerir e assumir responsabilidades em matéria financeira nos setores comercial ou público (Dupar et al., a publicar, 2026).¹³

Este relatório foi elaborado por intermediários da CDKN e das suas redes, que ocupam diversas posições e desempenham vários papéis na tomada de decisões, gestão, execução e avaliação da LLA. As conclusões a que chegámos são, por vezes, específicas a estes diferentes grupos de atores intermediários. Por este motivo, para distinguir entre três grupos específicos, criámos estes termos para discussão:

- Os **intermediários locais** são definidos como atores sediados nas comunidades locais. São frequentemente as entidades que recebem fundos externos para implementar atividades de adaptação diretamente nas comunidades e em colaboração com estas (por exemplo, as organizações que lideram os projetos K2a da CDKN). Desempenham papéis na mediação de conhecimento e inovação, tais como facilitar a aprendizagem e a cocriação de conhecimento.
- Os **intermediários externos** referem-se a atores que recebem fundos externos e os canalizam para os intermediários locais, a fim de implementar atividades de adaptação nas e com as comunidades. Podem também desempenhar outros papéis na mediação de conhecimento e inovação, tais como facilitar processos de aprendizagem e reflexão, cocriar e divulgar conhecimento e estabelecer ligações com as políticas internacionais (por exemplo, as equipas da CDKN África).
- Neste contexto, os **parceiros de financiamento** referem-se às fontes diretas de financiamento para o trabalho. No caso da CDKN, os parceiros de financiamento de onde provém o financiamento são o Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos e o Centro Internacional de Investigação para o Desenvolvimento (IDRC) do Canadá. No entanto, neste relatório, recorreremos à sua experiência mais ampla na mobilização de recursos para a LLA e a resiliência climática. O universo dos parceiros financiadores — e o âmbito da discussão — é vasto e inclui: instituições de financiamento ao desenvolvimento públicas e privadas, incluindo ministérios governamentais nacionais, ONG internacionais com as suas próprias fontes de financiamento provenientes de quotas dos membros e de fontes comerciais, e fundações filantrópicas.

11. Meyer, M (2010) 'The rise of the Knowledge Broker' in Science Communications. <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1075547009359797>

12. Bielak, A.T., Campbell, A., Pope, S., Schaefer, K., Shaxson, L. (2008). From Science Communication to Knowledge Brokering: the Shift from 'Science Push' to 'Policy Pull'. In: Cheng, D., Claessens, M., Gascoigne, T., Metcalfe, J., Schiele, B., Shi, S. (eds) Communicating Science in Social Contexts. Springer, Dordrecht. https://doi.org/10.1007/978-1-4020-8598-7_12

13. Documento do GALLA, a publicar, sobre os intermediários financeiros na LLA no Sul Global.

A resiliência que queremos ver

Quando consideramos os benefícios da adaptação que queremos ver, temos visões diversas de indivíduos e comunidades mais resilientes. Embora difiram na formulação, todas estas visões estão alinhadas com a ideia de reforçar a capacidade de adaptação das pessoas: a capacidade de antecipar e recuperar de choques e pressões climáticas (ver Caixa 4: Objetivo: Resiliência e Caixa 6: Compreender as capacidades).

As nossas visões de resiliência apontam para a melhoria do bem-estar das pessoas e da saúde dos ecossistemas ao longo do tempo, e não apenas a curto prazo. Reconhecemos que as comunidades, incluindo os grupos marginalizados, não pretendem simplesmente regressar à situação em que se encontravam antes dos choques e pressões climáticas. Pretendem recuperar de formas que sejam mais resilientes e que, em última análise, promovam um maior bem-estar e prosperidade ao longo do tempo, em comparação com os modos de vida anteriores, mais vulneráveis.

CAIXA 4

O objetivo da resiliência

As diferentes definições de «resiliência» apresentadas pelos membros da nossa parceria incluem:

- «É a capacidade de uma comunidade para resistir aos choques e pressões das alterações climáticas, e a forma como a comunidade encara isso é a sua capacidade de responder a estes desafios, por exemplo, inundações, incêndios.»
- «É a vossa capacidade de resistir às alterações climáticas, a vossa capacidade de continuar a ter os vossos meios de subsistência, de continuar a ter as vossas vidas, sabem, graças às estruturas... que criam à vossa volta. Assim, o clima está a mudar, mas não ficam em situação de grande desvantagem.»
- «O impacto do clima não é apenas físico, e [algumas] pessoas são afetadas mentalmente; por isso, como podemos ajudar as comunidades a estarem mais preparadas, não apenas financeiramente ou fisicamente?»
- «Voltamos simplesmente ao que era antes, após um choque, ou avançamos para uma forma mais resiliente? Onde se insere a prosperidade? A prosperidade é também o nosso objetivo imediatamente após o choque, ou a longo prazo? Estas são as questões cruciais para as comunidades afetadas»
- «Queremos garantir que a comunidade tenha a sua própria soberania alimentar. Assim, se a comunidade não tiver dinheiro para comprar sementes, podemos produzi-las nós próprios. Consideramos que é importante melhorar o sistema.»

Para reforçar a resiliência, é necessário identificar as vulnerabilidades subjacentes de grupos específicos, de modo a poder direcionar a análise, o planeamento e as ações para as reduzir. Diversos fatores determinam a vulnerabilidade das pessoas tanto aos impactos *iniciais* de um risco climático como aos seus efeitos *em cadeia*, podendo comprometer a sua capacidade de recuperar de choques e de emergir mais resilientes. A vulnerabilidade pode resultar de:

- Falta de acesso a recursos, incluindo recursos financeiros e recursos produtivos e de adaptação no contexto das alterações climáticas.
- Falta de informação, incluindo informação sobre os seus direitos legais e sobre o tempo, o clima e a redução de riscos.
- Desequilíbrios de poder em termos de quem toma decisões e define prioridades: entre grupos sociais, grupos políticos, doadores financeiros e beneficiários.
- Falta de acesso aos direitos legais ou a vias de recurso legais em caso de violação desses direitos.

Compreender a vulnerabilidade como uma componente do risco climático, a par da missão de reforçar a resiliência, constitui o ponto de partida para a nossa discussão sobre como promover a LLA nos capítulos que se seguem.



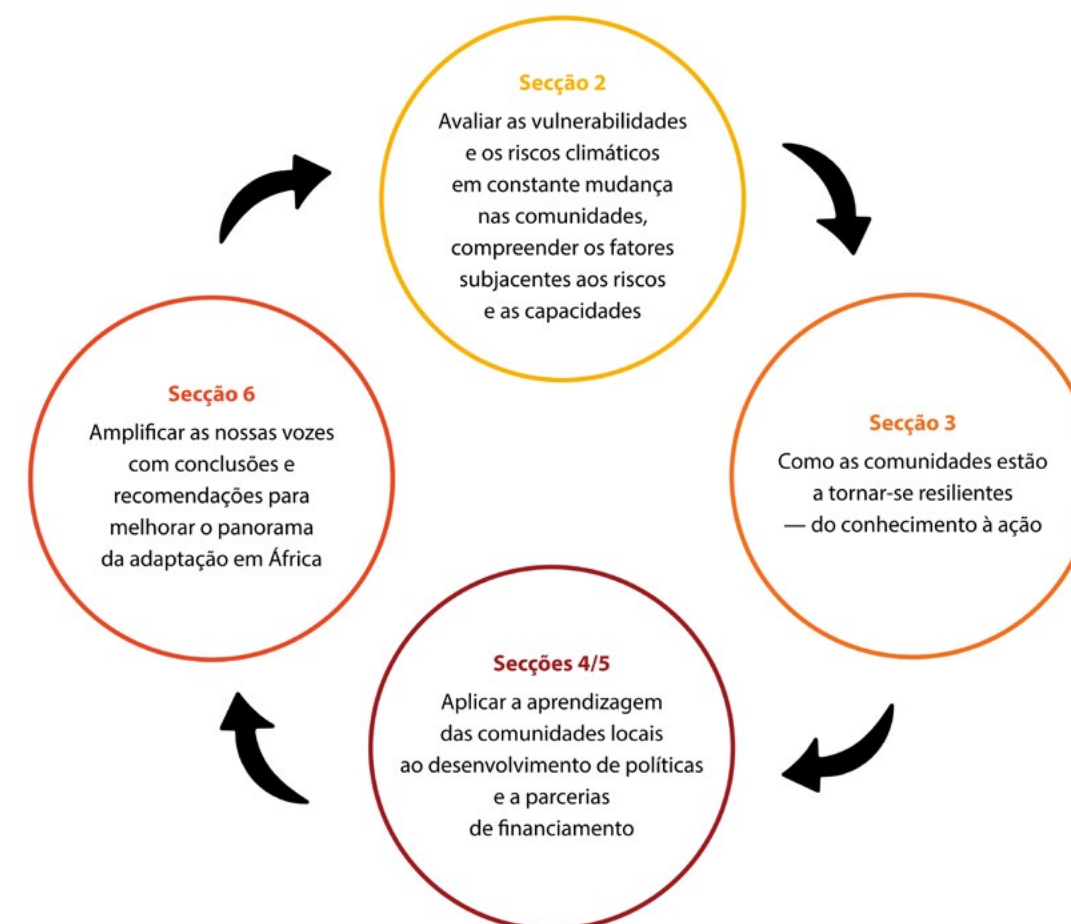
Uma integrante de um grupo comunitário de mulheres canta e dança na Região do Alto Oeste do Gana.

Fotografia: CDKN Gana

2. Compreender os riscos climáticos e a resiliência

Tendo estabelecido algumas das condições que consideramos essenciais para a LLA, os capítulos dois a seis descrevem o nosso ciclo iterativo de conhecimento, ação, aprendizagem e reforço da resiliência em múltiplas dimensões (Figura 1).

Figura 1: O ciclo iterativo de conhecimento, ação, aprendizagem e reforço da resiliência Para trabalho de design, após revisão



Avaliar a mudança

O clima é um dos muitos fatores impulsionadores da mudança

Conclusão principal: As comunidades africanas estão na linha da frente das alterações climáticas, mas estas são apenas uma das muitas fontes de risco que as pessoas enfrentam e podem amplificar outras formas de risco.

A compreensão dos riscos e impactos climáticos começa com um trabalho baseado na comunidade para mapear as mudanças observadas nos ambientes e os impactos que essas mudanças têm em diferentes grupos de pessoas. Isto inclui mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência e, fundamentalmente, pessoas com características interseccionais, incluindo estas e outras. Isto é frequentemente enquadrado como a etapa de «avaliação da vulnerabilidade e do risco climático» num processo de adaptação (Figura 1). Mas as alterações climáticas não são o único fator impulsionador das mudanças locais e podem nem sequer ser o que mais «salta à vista».



Adaptação liderada a nível local nas comunidades africanas: reflexões a partir da prática

Jovens trabalham arduamente na margem do rio, na Região do Alto Oeste do Gana.

Fotografia: CDKN Gana

As comunidades procuram compreender como múltiplos fatores de risco moldam os seus ambientes e bem-estar, e como os riscos climáticos interagem com outras pressões na sociedade, na economia e no ambiente de forma mais ampla.

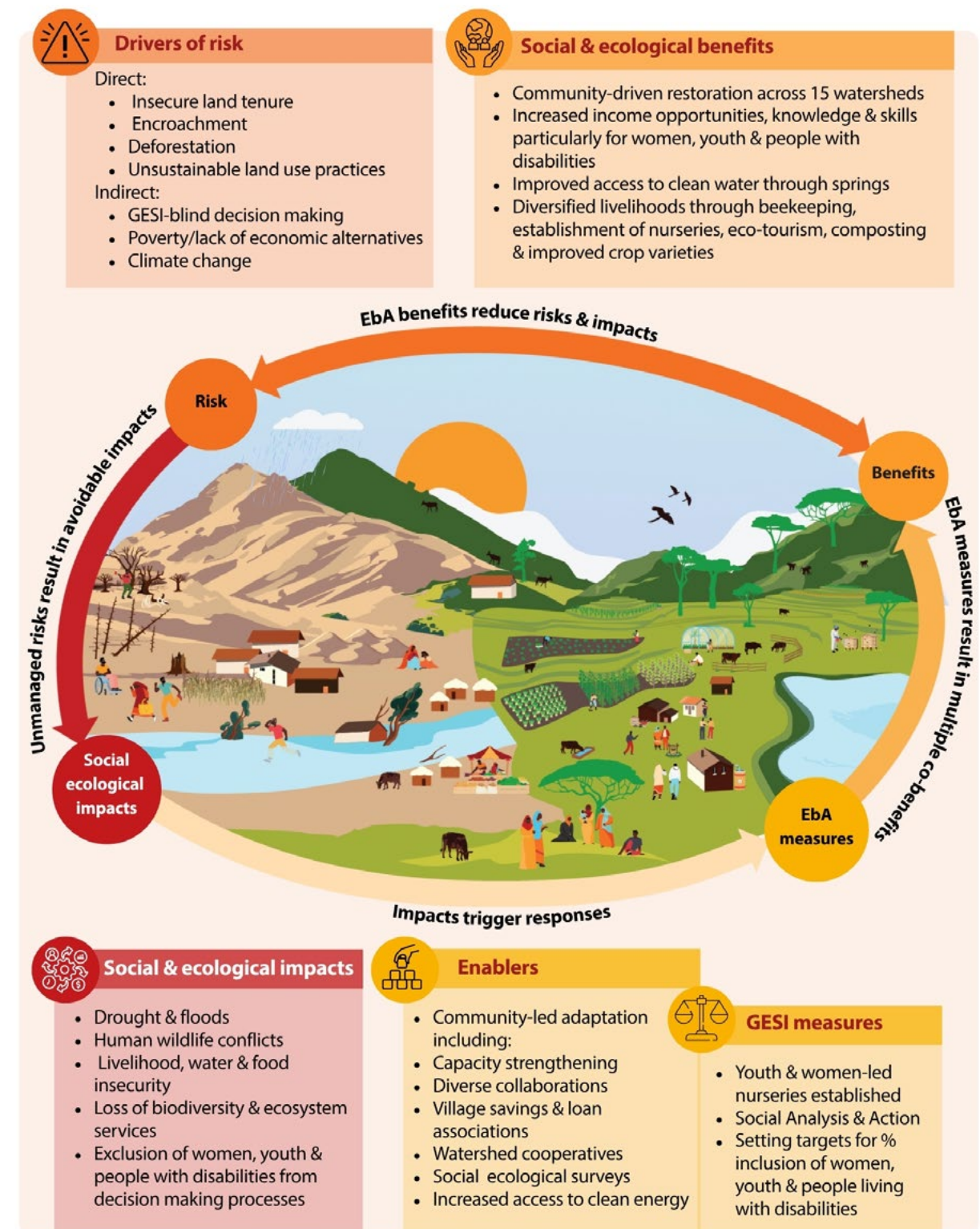
Observamos riscos complexos e interligados, com diferentes fatores subjacentes, no exemplo das comunidades que lideram a adaptação baseada nos ecossistemas (EbA) nas Montanhas Simien, na Etiópia (Figura 2). Aqui, as alterações climáticas e a variabilidade climática provocam precipitação irregular e temperaturas mais elevadas. As comunidades enfrentam, então, riscos adicionais impulsionados por sistemas políticos, normas sociais e contextos económicos. Entre estes contam-se práticas de degradação do solo, conflitos, insegurança na posse da terra e processos de tomada de decisão que ignoram a equidade (e igualdade) de género e a inclusão social. Em conjunto, estes fatores conduzem à degradação ambiental e ao sofrimento humano. Melhorar o bem-estar das pessoas exige estratégias que abordem estes fatores subjacentes de forma combinada, tais como a iniciativa de restauração da bacia hidrográfica descrita na Figura 2 abaixo, que inclui um apoio intencional e diversificado às pessoas marginalizadas.

Mapeamento das capacidades locais e dos fatores de risco

Conclusão principal: A mobilização do conhecimento indígena e local é fundamental para identificar os fatores de risco, os caminhos para a resiliência climática e as capacidades para encontrar soluções. Os intermediários podem trazer para as parcerias conhecimentos que complementem o conhecimento local.

O conhecimento indígena e local é fundamental para identificar os riscos climáticos e as capacidades locais que podem servir de base às soluções. Um exemplo de como este conhecimento indígena é utilizado é o projeto «Revalorizar a biodiversidade através do aproveitamento do conhecimento tradicional africano no centro do Benim», da ONG local Survie de la Mère et de l'Enfant (Survie), levado a cabo em seis distritos administrativos do Benim: Dassa-Zoumè, Savè, Savalou, Bantè, Ouèssè e Glazoué.

Figura 2: Adaptação baseada nos ecossistemas e liderada pela comunidade nas Montanhas Simien, na Etiópia



Sack et al. (2026)¹⁴

14. Sack et al. (2026). *Reforçar a resiliência nas Montanhas Simien, na Etiópia, através de uma adaptação baseada nos ecossistemas e liderada pela comunidade*. Cidade do Cabo: CDKN. <https://cdkn.org/resource/enhancing-resilience-ethiopia-simien-mountains-through-community-led-ecosystem-based-adaptation>

A Survie e os membros da comunidade reconhecem que as florestas sagradas possuem valores culturais e espirituais e são ecologicamente importantes.¹⁵ As pessoas que vivem nas proximidades das florestas sagradas protegem os ecossistemas porque acreditam que estes abrigam espíritos ancestrais, o que contribuiu para que as florestas se tornassem reservatórios de biodiversidade.

A região enfrenta escassez de água, e a população local reconhece o papel essencial das florestas na regulação dos ciclos hídricos. O projeto realizou consultas alargadas com membros da comunidade, incluindo mulheres e jovens, chefes e anciãos, sobre como garantir um maior reconhecimento das florestas sagradas. Estas atividades levaram ao reativar de comités de gestão florestal inativos, com o objetivo de gerir melhor as florestas sagradas e, assim, reforçar as suas funções de regulação hídrica — criando maior resiliência para as pessoas e para a biodiversidade num clima em mudança.¹⁶

O conhecimento científico sobre as alterações climáticas também pode complementar o conhecimento indígena e local, promovendo a compreensão mútua entre os detentores de conhecimento sobre as tendências climáticas e as soluções de adaptação.

Por exemplo, na Região do Alto Oeste do Gana, conversas aprofundadas entre investigadores da CDKN e agricultoras revelaram conhecimentos complementares com benefícios mútuos. Os investigadores forneceram o contexto para as alterações ambientais observadas, enquanto as mulheres partilharam como essas alterações afetavam as suas vidas e o seu trabalho, incluindo a forma como as experiências das mulheres diferiam das dos homens. A região é uma das áreas mais vulneráveis às alterações climáticas do Gana e as comunidades são afetadas por secas, ondas de calor e inundações repentinas.

O filme «Vozes de Resiliência: Amplificar as Vozes das Mulheres através de Canções para Ação e Inclusão Lideradas Localmente» (CDKN, 2024a, b) mostra como as agricultoras e os investigadores da CDKN utilizaram os seus conhecimentos complementares para refletir sobre os riscos ambientais em constante mudança. O processo ajudou as agricultoras a sistematizar o seu pensamento, a planear e a agir. Posteriormente, as agricultoras compuseram canções sobre os impactos climáticos locais e sobre como elas e as suas comunidades poderiam alterar as práticas de gestão para se tornarem mais resilientes às alterações climáticas. A estação de rádio comunitária transmitiu as canções e organizou um programa de rádio com chamadas em direto para permitir que os ouvintes interagissem em direto com o conteúdo.

«Não cortemos as árvores, não cortemos as árvores. As árvores ajudam a arrefecer o ambiente. As árvores ajudam-nos a ter chuva.»

– Canção do Grupo de Mulheres de Pavuu, Região do Alto Oeste do Gana (CDKN, 2024b)

Gbankgko Gladys, organizadora do Grupo de Mulheres de Pavuu, relatou: «A nossa canção é sobre as alterações climáticas. E transformar esse tema numa canção não é fácil. Recolhemos informações do livro para garantir que a nossa canção transmitisse eficazmente a mensagem sobre as alterações climáticas. Enfrentámos desafios porque as palavras não estavam na nossa língua e colaborar em equipa também foi difícil, especialmente quando se tratava de traduzir do inglês para a nossa própria língua e torná-la significativa» (CDKN, 2024b).

A parceria acabou por ser bem-sucedida, tendo a equipa da CDKN do Gana concluído que «este alinhamento entre o conhecimento local e o científico garantiu que as canções fossem precisas e com as quais a comunidade se pudesse identificar» (CDKN, 2024b).

15. Para uma descrição mais aprofundada do significado e da utilização das florestas sagradas em toda a África, consulte Sinthumule, N. I. 2024 «As florestas sagradas como repositórios da biodiversidade local em África: uma revisão sistemática» na revista Forest Science.

16. Totin, E. et al (2025). «Unindo os sistemas de conhecimento indígenas e ocidentais para uma resiliência inclusiva e baseada nas florestas no Benim.» Artigo na Web. Cidade do Cabo: CDKN. Disponível em <https://cdkn.org/story/bridging-indigenous-and-western-knowledge-systems-inclusive-forest-based-resilience-benin>



CAIXA 5

A mediação do conhecimento na prática

Na sua essência, a mediação do conhecimento transforma o conhecimento em ação. Liga quem produz conhecimento a quem o utiliza, facilitando a geração, a divulgação e a aplicação prática do conhecimento. Questiona também o que se considera conhecimento, desafiando as barreiras estruturais e culturais que impedem o reconhecimento do conhecimento local e indígena. As responsabilidades dos mediadores de conhecimento vão desde a síntese de informação complexa até à convocação de diversas partes interessadas e à catalisação de mudanças sistémicas. São destacados vários elementos-chave:

- **Compreender o contexto e as dinâmicas de poder:** Utilizar ferramentas e abordagens variadas para analisar os seus contextos culturais, socioeconómicos, políticos e ambientais, bem como identificar e mapear as partes interessadas, juntamente com as dinâmicas de poder que definem as suas relações.
- **Cocriação:** Reunir diversas fontes de conhecimento (técnico, académico, empírico, local, indígena) para cocriar perspetivas e intervenções que sejam relevantes, inclusivas e equitativas.
- **Tradução do conhecimento:** Tornar a informação técnica acessível, adequada e credível, através de comunicações claras e métodos criativos, incluindo abordagens baseadas nas artes.
- **Estabelecer a ligação entre conhecimento e ação:** Assegurar que o conhecimento conduza a resultados tangíveis, seja através de mudanças institucionais, de ações no terreno, de mudanças comportamentais ou do reforço de capacidades, relações e redes.
- **Promover a reflexão e a aprendizagem:** Apoiar a aprendizagem contínua e a gestão adaptativa, ao mesmo tempo que se reflete criticamente sobre o papel do mediador de conhecimento, incluindo as suas suposições, preconceitos e perspetivas.

«Não se trata apenas de os atores locais, incluindo os povos indígenas e o seu conhecimento, falarem uma língua diferente da das comunidades científicas e dos atores externos. Podem também ter um enquadramento conceptual completamente diferente. É a isto que nos referimos quando falamos da convergência de diferentes formas de conhecimento e de diferentes linguagens.»

– Essia Guezzi, Gestora de Subvenções da K2A, CDKN

Como as vulnerabilidades e as capacidades diferem dentro das comunidades

Conclusão principal: As comunidades locais são compostas por pessoas diversas, com conhecimentos, competências e características diferentes que influenciam a sua vulnerabilidade e resiliência às alterações climáticas. As avaliações lideradas pela comunidade ajudam a identificar estas diferenças, ao mesmo tempo que destacam a coesão comunitária como uma importante forma de capacidade local.

Em primeiro lugar, os membros da comunidade já são, ou têm potencial para ser, líderes de adaptação altamente competentes. As comunidades possuem capacidades diversificadas, representando múltiplas formas de conhecimento, experiência e competências relacionadas com os impactos climáticos e as respetivas soluções. Por exemplo, as gerações mais velhas e as mais jovens podem ter experiências de vida muito diferentes. O conhecimento e as competências das mulheres e dos homens podem ser moldados de forma bastante distinta pelos papéis de género.

Em segundo lugar, o próprio capital social confere uma capacidade significativa. O capital social refere-se às relações entre pessoas e instituições, incluindo as redes, as normas e os níveis de confiança que facilitam a cooperação e a ação coletiva no seio de uma sociedade. Em todos os nossos projetos, os membros da comunidade referem-no frequentemente como um importante facilitador das ações de adaptação lideradas pela comunidade.

Quando o capital social faz falta, a diferença pode ser notável. Por exemplo, isto pode ocorrer quando o conhecimento se dispersa devido a deslocações em massa ou quando o tecido das relações comunitárias é desgastado por conflitos em áreas de agitação e governação frágil. Nestes casos, é necessário um esforço especial para reduzir os conflitos e reconstruir relações construtivas intra e intercomunitárias, a par do trabalho para dar resposta aos impactos climáticos e às necessidades de desenvolvimento¹⁷.

Em terceiro lugar, não são apenas as capacidades inerentes dos indivíduos ou dos grupos que contam. A sua capacidade de agir é frequentemente limitada por barreiras sociais, económicas e políticas mais amplas (ver Caixa 6: Compreender as capacidades). Para dar um exemplo: em vários dos contextos onde os nossos parceiros trabalham, uma mulher jovem e solteira pode ter grande talento e capacidade para liderar a ação climática juvenil, mas ainda assim ver-se excluída das estruturas de tomada de decisão da comunidade e das fontes de financiamento, em comparação com alguém mais velho e/ou casado e/ou do sexo masculino. No entanto, este é apenas um exemplo simplificado. Muitas outras características podem cruzar-se para criar barreiras à participação e à influência ou, inversamente, conferir autoridade e oportunidades de progressão nos contextos comunitários. Consequentemente, a capacidade, por si só, não determina quem pode influenciar os processos de adaptação. Abordar estas barreiras é uma parte importante para possibilitar uma adaptação mais equitativa e liderada localmente. A secção seguinte explora como as características sociais que se cruzam podem moldar as oportunidades, a influência e as experiências das pessoas face ao risco climático.

CAIXA 6

Compreender as capacidades

- **A capacidade é mais do que competências técnicas ou recursos.** Inclui o conhecimento, a experiência, as relações e a autonomia que permitem às pessoas compreender os riscos, identificar soluções e agir de acordo com as suas prioridades.
- **A capacidade existe tanto a nível individual como coletivo.** Dentro das comunidades, varia de acordo com as experiências das pessoas, os seus papéis sociais e o acesso a oportunidades. A capacidade coletiva, incluindo a confiança, as redes e as instituições locais, permite que as pessoas se organizem e sustentem ações em conjunto.
- **A capacidade, por si só, não é suficiente.** A capacidade das pessoas para agir depende do facto de terem acesso a espaços de tomada de decisão, financiamento e outras condições propícias. A liderança local requer, portanto, tanto capacidades locais sólidas como sistemas que permitam às pessoas exercê-las.

17. Para mais informações, consulte: <https://cdkn.org/resource/working-conflict-settings-support-lla>

Reconhecer e dar resposta às necessidades interseccionais das pessoas

Conclusão principal: Ao identificar as fontes de vulnerabilidade climática, risco e capacidade, é útil determinar as necessidades e prioridades interseccionais das pessoas em função da idade, género, riqueza, (in)capacidade e outras características sociais e socioeconómicas fundamentais.

Nas políticas e programas, é comum encontrar alguns grupos principais que sofreram marginalização histórica e enfrentam vulnerabilidades específicas. Estes são, tipicamente: mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência (PCD) e pessoas que vivem em pobreza extrema. Constatámos que a LLA requer um processo que vá além destas categorias para dar resposta às necessidades interseccionais das pessoas. A interseccionalidade consiste em reconhecer que uma pessoa pode apresentar múltiplas características que interagem para criar experiências únicas e contextuais de poder, capacidade de controlar recursos e orientar decisões e ações coletivas, ou de vulnerabilidade e marginalização.

O espaço social e político para que os membros da comunidade liderem a adaptação pode ser moldado por características como a idade, a etnia ou a condição de indígena, o estado de saúde — incluindo se a pessoa está grávida, a amamentar ou a lidar com uma condição de saúde de longa duração que não está a ser devidamente tratada, como o VIH/SIDA — e outras interseções, tais como a situação económica, a educação e a alfabetização.

Conforme mencionado acima, o estado civil também pode afetar significativamente a posição e a influência de uma pessoa (ou, inversamente, a sua marginalização), incluindo se a pessoa é solteira, casada ou viúva e, em contextos polígamos, se é a primeira, a segunda ou uma esposa subsequente e os seus filhos. A relevância destas características no exercício da liderança na adaptação depende em grande medida do contexto.

As intervenções de adaptação podem ser concebidas para eliminar a discriminação e capacitar as pessoas com características diversas e interseccionais numa comunidade. É vital enquadrar as avaliações de risco climático de forma interseccional e integrar essas conclusões no pensamento, na ação, na avaliação e na aprendizagem em matéria de resiliência.

«O objetivo é simplesmente que, através dos nossos comités de gestão florestal, tenhamos uma inclusão total. É um objetivo forte! Para que as mulheres, os jovens e as pessoas com deficiência participem, têm de ser capacitados. Não se trata apenas de estarem fisicamente presentes.»

– Franck Adanmado, Survie de la Mère et de l’Enfant¹⁸

18. Franck Adanmado, Survie de la Mère et l’Enfant, comunicação pessoal, 17 de abril de 2026.



Mulheres, jovens, idosos e pessoas com deficiência participam numa sessão de sensibilização da comunidade para analisar os resultados do mapeamento e contribuir para o planeamento da adaptação e da evacuação liderado a nível local.

Crédito fotográfico: YEDA

3. Como as intervenções lideradas pela comunidade estão a aumentar a resiliência

Passar da avaliação de riscos para o planeamento e a ação

Envolver as comunidades

Conclusão principal: Uma forma eficaz de promover a compreensão sobre as alterações climáticas nas comunidades locais consiste em utilizar a sua própria linguagem e enquadrar as conversas com base nas suas referências culturais e nas suas principais preocupações.

Os membros das comunidades locais têm cada vez mais experiência em primeira mão das alterações climáticas e dos seus impactos diretos e indiretos. Dependendo do seu acesso a informação científica sobre o clima, podem ter diferentes graus de consciência e compreensão das tendências climáticas e das implicações para a forma como vivem e trabalham.

A nossa parceria tem utilizado as seguintes abordagens para aprofundar a compreensão das comunidades sobre as alterações climáticas e contextualizar as suas experiências de vida, como base para o planeamento e a ação coletivos:

- formular mensagens sobre as alterações climáticas em termos de referências locais adequadas e utilizar as principais preocupações da vida quotidiana das pessoas como ponto de partida (por exemplo, escassez de água, insegurança alimentar, calor),
- traduzir informações meteorológicas e climáticas de termos técnicos para as línguas vernáculas: alguns termos podem não ter uma tradução literal, mas os conceitos podem ser explicados de forma culturalmente relevante nas línguas locais,
- interagir com as pessoas utilizando meios de comunicação e formatos que elas prefiram, que funcionem a nível local e que sejam compatíveis com as suas necessidades,
- envolver pessoas que gozam de confiança a nível local na transmissão de novos conhecimentos e práticas. Isto pode incluir anciãos, tais como líderes tradicionais ou religiosos, mas também pode incluir influenciadores e agentes de mudança reconhecidos do grupo social que se pretende envolver (líderes jovens, líderes femininas, etc.).

Dois exemplos contrastantes mostram como estes princípios têm sido aplicados de forma eficaz na prática.

No Gana, a CDKN facilitou a criação de «centros colaborativos» que reúnem investigadores, profissionais dos meios de comunicação social e profissionais criativos para traduzir conceitos da ciência climática para as comunidades. Reconhecem que o que pode funcionar numa comunidade é totalmente diferente na seguinte: é necessária uma adaptação cuidadosa das mensagens. Por exemplo, tal como descrito acima, as mulheres da comunidade na região do Alto Oeste do Gana traduziram as suas experiências e respostas às alterações climáticas em canções na língua local. Colaboraram com a estação de rádio local para as transmitir e organizar sessões de chamadas em direto para explicar melhor os conceitos aos membros da comunidade.

No Benim, a Survie tem utilizado as igrejas como ponto de partida para discutir as pressões climáticas e de gestão sobre as florestas, uma vez que as igrejas são os principais locais de encontro onde as pessoas refletem coletivamente sobre as suas crenças e ações, e os líderes religiosos gozam de grande confiança. O projeto reuniu líderes de diferentes denominações religiosas para debater como as florestas sagradas geram benefícios ambientais. A natureza sagrada das florestas decorre das crenças espirituais tradicionais dos Baudouin; é comum que os membros da comunidade sejam cristãos e, simultaneamente, professem estas crenças tradicionais. A maioria das igrejas honra as antigas práticas de cuidar e proteger a floresta sagrada. Ao mesmo tempo, as reuniões locais têm procurado convencer os restantes líderes religiosos dos benefícios de proteger estas florestas.

Estabelecer a ligação entre a sensibilização e a capacidade de agir

Conclusão principal: *A sensibilização para os riscos climáticos nas comunidades locais, por si só, é insuficiente. As pessoas querem e precisam da oportunidade de agir — o conhecimento deve vir acompanhado de maior poder de decisão e apoio à ação.*

Outra conclusão fundamental do nosso trabalho é que sensibilizar para os riscos e tendências das alterações climáticas não é suficiente; tal sensibilização deve estar ligada ao reconhecimento e ao reforço das capacidades de ação, para que as pessoas tenham uma sensação de controlo e empoderamento nas suas vidas, o que motiva a ação.

No Gana, as atividades de sensibilização para as questões climáticas estão interligadas com a formação em competências de empreendedorismo e defesa de causas em áreas críticas, incluindo a agricultura climaticamente inteligente e a gestão florestal (CDKN, 2026¹⁹). No Benim, os «diálogos de coprodução», que visam melhorar a compreensão coletiva e comunitária da relação entre as florestas sagradas e a resiliência climática, estão interligados com atividades de plantação de árvores e trabalho proativo para aumentar a cooperação entre os responsáveis florestais do governo, as autoridades religiosas tradicionais e outros intervenientes, bem como com iniciativas para identificar e apoiar o cultivo e a extração sustentáveis de plantas medicinais para meios de subsistência locais e fins de saúde (Ayimasse et al., 2026)²⁰.

«Reconhecemos que não basta informar as comunidades sobre a mitigação ou adaptação às alterações climáticas. No momento em que uma comunidade recebe formação e os conhecimentos necessários, fica mais bem preparada para lidar com os desafios locais e implementar soluções»

– Anónimo, workshop de Machakos

Na província de Manica, em Moçambique, a Fundação Micaia está a trabalhar em escolas comunitárias para desenvolver uma «metodologia de capacitação». Esta utiliza cartazes que mostram uma variedade de comportamentos ambientais como pontos de partida para que professores, alunos e famílias discutam quais as atividades que são prejudiciais ou benéficas para o ambiente. A equipa observa que isto difere da mera sensibilização. Motiva as pessoas a mudarem o seu comportamento após refletirem sobre o conteúdo do cartaz.

«É diferente de uma técnica de sensibilização, porque, ao começarem por olhar para os cartazes, as pessoas refletem sobre si próprias e percebem: “Oh, estamos a fazer algumas atividades negativas. Temos de começar a fazer algo diferente.” Assim, cria nelas a motivação para mudar algumas das coisas que estão a fazer, porque percebem que se trata de uma conversa.»

– Sao Florence Raposo, Rede Juvenil de Gonzololo

A iniciativa também envolveu escolas na implementação piloto de hortas resistentes às alterações climáticas, como forma prática de ligar conhecimentos e capacidades. Após o primeiro ano de trabalho, as escolas mostraram-se entusiastas e tomaram a iniciativa de continuar a cultivar as hortas, mesmo sem o envolvimento de uma organização facilitadora.²¹

Como aqui se demonstra, o percurso da sensibilização à ação decorre nas instituições comunitárias. A secção 3b analisa mais aprofundadamente a importância destes arranjos institucionais, enquanto as secções 3c, 3d e 3e exploram a forma como as iniciativas estão a reformar as instituições comunitárias e a criar alianças para reforçar a participação e a liderança de grupos marginalizados, tais como jovens, mulheres e pessoas com deficiência.

19. CDKN (2026¹). «Empoderamento dos jovens para a ação climática». Página web do projeto. Cidade do Cabo: CDKN. <https://cdkn.org/project/youth-empowerment-climate-action-ghana>

20. Ayimasse F. et al. (2026). «Gerir a natureza através da cultura: lições dos sistemas de conhecimento indígenas para a proteção da biodiversidade no Benim.» Artigo na web. Cidade do Cabo: CDKN. <https://cdkn.org/story/stewarding-nature-through-culture-lessons-indigenous-knowledge-systems-biodiversity-protection-benin>

21. Hosia Mavoto, comunicação pessoal, 25 de março de 2026.

Criação de instituições locais sustentáveis e alianças para a LLA

Utilização das instituições comunitárias existentes

Conclusão principal: *a LLA é mais eficaz e tem maiores probabilidades de ser sustentável quando integrada nas instituições comunitárias, sejam elas informais ou instituições estatais formais, garantindo simultaneamente que as abordagens socialmente equitativas continuem a ser centrais na sua implementação.*

A adaptação é eficaz quando assenta em instituições locais que as comunidades já respeitam. Estas podem ser instituições de desenvolvimento formalmente reconhecidas pelo Estado, como as escolas, ou, igualmente, instituições comunitárias tradicionais e informais, tais como comités de gestão de recursos naturais, grupos de agricultores, pescadores e criadores de gado, grupos de mulheres e chefias locais. No contexto da gestão dos recursos naturais para a resiliência climática, as instituições locais eficazes proporcionam um fórum para definir ou clarificar regras de gestão, tal como têm vindo a fazer há séculos ou milénios.

Por exemplo, no Monte Marsabit, no Quénia, a Rede de Conservação dos Pastores tem sido fundamental para ajudar os pastores a adaptar as suas práticas de subsistência a precipitações menos previsíveis. A Rede de Conservação dos Pastores adotou uma aplicação para telemóvel para ajudar os pastores a mapear pastagens e manchas florestais, bem como as diferentes espécies animais aí encontradas. A comunidade utiliza agora esta informação para compreender a distribuição e a abundância das espécies e identificar as pressões sobre as mesmas. Foi desenvolvido um plano de sustentabilidade, incluindo uma estratégia anual de pastoreio por estação que permite às comunidades deslocarem-se de um local para outro sem esgotar os recursos da área. Em conjunto, estes esforços representam uma transição sistémica no sentido de uma conservação e resiliência lideradas localmente e orientadas pelo conhecimento (CDKN, 2026²²).

Por vezes, existem instituições comunitárias, mas estas precisam de ser fortalecidas para liderar ações de adaptação, como no caso dos comités florestais do Benim. Surge aqui uma nuance importante: os comités florestais eram instituições locais já existentes que podiam servir de base para rever e fazer cumprir os regimes de proteção florestal e gestão sustentável (ver citação abaixo). Era importante aproveitar o enraizamento e a aceitabilidade cultural destes comités. No entanto, historicamente, tinham sido dominados por homens mais velhos, com papéis e influência reduzidos por parte dos jovens, das mulheres e das pessoas com deficiência. Por esta razão, a Survie trabalhou intencionalmente com os comités florestais locais como ponto de partida para liderar a resiliência climática local, ligada ao património cultural, à saúde e aos meios de subsistência; no entanto, ao fazê-lo, também trabalhou para aumentar a representação e a participação significativa de grupos historicamente desfavorecidos nos comités.²³

«Percebemos no ano passado que há florestas sagradas que têm comités de gestão e outras que não têm nenhum. Por vezes, quando há um comité de cinco membros, só se veem três, porque algumas pessoas se foram embora. Estamos a mobilizar as pessoas para criar comités de três, cinco ou sete membros, e é aqui que introduzimos fundamentalmente a noção de GESI, porque, nestes comités, propomos que haja jovens, mulheres e até pessoas com deficiência e outras pessoas marginalizadas, para que todos possam participar na gestão das florestas sagradas. Haverá formação para eles que se centrará na forma de gerir as florestas juntamente com a administração [governamental].» — Bernard Gnantonou, Survie

– Bernard Gnantonou, Survie

22. CDKN (2026²). «Tecnologia, tradição e coexistência.» Uma reportagem fotográfica da CDKN. Cidade do Cabo: CDKN. <https://www.southsouthnorth.photos/technology-tradition-and-coexistence?source=share-SouthSouthNorth>

23. Natacha Reinebigo, Survie, comunicação pessoal, julho de 2026.

Estabelecimento de colaborações entre o governo local e a sociedade civil

Conclusão principal: Um tema comum e emergente é que os governos locais e os atores da sociedade civil (tanto a título individual como enquanto organizações) valorizam a colaboração a nível local para conceber, planear, implementar e avaliar a LLA. As organizações intermediárias podem, quando convidadas por estes atores, desempenhar um papel útil na introdução de conhecimentos especializados e na facilitação dos fluxos de conhecimento.

As medidas de adaptação podem ser iniciadas pelo governo local ou por organizações da sociedade civil. Em ambos os casos, estes atores consideram útil construir pontes entre o governo e a sociedade civil para facilitar e acelerar a ação.

A cooperação com o governo ancora as iniciativas da sociedade civil em quadros jurídicos, regulamentares e institucionais a nível local. Os atores do governo local afirmam frequentemente que consideram o apoio da sociedade civil fundamental para conceber e implementar eficazmente iniciativas de resiliência climática — embora os governos locais também tenham um papel a desempenhar na legitimação da capacidade da sociedade civil para o fazer.

«Em todas as nossas ações, quando estas são desenvolvidas, partimos do pressuposto de que o governo deve reconhecer e legitimar estas atividades.»

– Hosia Mavoto, Fundação Micaia

Estas colaborações vão além de serem um requisito inicial ou uma licença para operar. Elas sustentam as perspetivas de adaptação e resiliência a longo prazo. Alinhar os incentivos mútuos das instituições e o benefício coletivo a nível local proporciona as bases para a sustentabilidade.

«É absolutamente necessário fazer um balanço para conhecer o nível de envolvimento das diferentes partes interessadas e como cada uma pode realmente beneficiar da iniciativa. É necessário dispor de um diagnóstico básico que nos permita definir melhor o perfil das intervenções. Uma vez feito isto, é absolutamente necessário tentar reunir as autoridades públicas e as partes interessadas a nível local.»

– Franck Adanmado, Survie

O âmbito dos acordos de colaboração varia de um contexto para outro. Isto porque a estrutura e o grau de autoridade detidos pelas instituições governamentais locais variam amplamente de um país africano para outro. As circunstâncias nacionais e locais determinam a forma como o governo e a sociedade civil podem envolver-se e interagir. Por exemplo, no Benim, as partes interessadas da comunidade constataram que os seus homólogos do governo local careciam de financiamento e de capacidade em termos de recursos humanos suficientes para implementar iniciativas conjuntas na medida em que esperavam.²⁴

Em contrapartida, no Quênia, a Constituição de 2010 do país delegou grande parte da autoridade em matéria de planeamento do desenvolvimento, bem como a respetiva dotação orçamental, ao nível dos condados. Existem agora amplas oportunidades para integrar a adaptação às alterações climáticas nos processos do Plano de Desenvolvimento Integrado dos Condados. A descentralização do Quênia permitiu que fossem tomadas decisões climaticamente inteligentes junto das pessoas afetadas pelas mesmas.

Com base nessas experiências no Quênia, uma das iniciativas da CDKN tem sido apoiar e contribuir para o desenvolvimento de uma ferramenta online destinada a apoiar os processos de monitorização, avaliação e elaboração de relatórios, do nível distrital ao nacional e vice-versa. Isto demonstra como uma organização

24. Bernard Gnantonou, Survie de la Mère et L’Enfant, comunicação pessoal, 17 de abril de 2026.

intermediária, como a CDKN, pode desempenhar um papel catalisador na promoção de maiores fluxos de conhecimento entre os membros da comunidade, as instituições locais da sociedade civil e os governos locais.

A CDKN está a desenvolver uma ferramenta digital de Monitorização, Avaliação, Relatórios e Aprendizagem (MERL) em parceria com o Ministério do Ambiente e das Alterações Climáticas, o Conselho de Governadores e os governos distritais de Makunei e Vihiga para uma fase-piloto, juntamente com um Manual de Indicadores Ministeriais liderado pelo World Resources Institute. O apoio técnico para o desenvolvimento da Ferramenta MERL é prestado pela AGNES Africa. A ferramenta formaliza um processo para compilar e transmitir experiências de programação relacionadas com o clima, desde a comunidade até ao nível do condado e vice-versa, com um desenho intencional para captar o feedback de mulheres, jovens e grupos historicamente marginalizados.²⁵

«Estamos a apoiar as comunidades para que enviem efetivamente feedback ao governo do condado, e o governo do condado fica então apto a atribuir orçamentos para, digamos, operações e manutenção, ou mesmo para a gestão permanente dessa plataforma MERL, para que possam recolher dados que lhes permitam saber como utilizar melhor essa informação para investimentos futuros.»

– Esperanza Karaho, CDKN Quênia

Um obstáculo ao trabalho colaborativo a nível comunitário ou distrital pode residir em atividades concorrentes e em restrições de tempo para o governo e os membros da comunidade. Um profissional observou: «Todos estão tão ocupados, há tantas prioridades em jogo... o fator tempo é algo muito importante.» No entanto, os quadros jurídicos ou, simplesmente, acordos explícitos entre instituições podem continuar a ser facilitadores importantes para um progresso genuíno.

Por exemplo, para dar resposta à fraca presença e participação do governo na conceção, apoio e implementação de programas externos, o governador do governo regional senegalês de Saint-Louis emitiu um decreto — o ato normativo de maior hierarquia do governo regional — para demonstrar o apoio do governo regional à plataforma de Gestão Sustentável da Terra criada pela CDKN — uma comunidade de prática composta por investigadores, agricultores, profissionais da área das alterações climáticas e serviços técnicos do governo local —, determinando formalmente o apoio e a participação do governo regional na plataforma.

Os governos locais também aprenderam com a experiência; um profissional queniano observou que um esforço inicial de um governo distrital para estabelecer prioridades nas suas rubricas orçamentais, sem o envolvimento da comunidade, tinha fracassado. Aprenderam a garantir que realizavam consultas significativas com os membros da comunidade antes de definir a próxima ronda de investimentos prioritários.²⁶

25. O Kit de Ferramentas MERL ainda se encontra em desenvolvimento.

26. Fonte: Participante anónimo, workshop de Machakos.

CAIXA 7

O que deve ser a participação

Constatamos que os projetos de adaptação convencionais muitas vezes consultam grupos marginalizados apenas como um formalismo, se é que o fazem. Não basta que os grupos excluídos sejam consultados se a sua participação for meramente passiva e ineficaz. Os nossos projetos têm explorado formas de possibilitar uma participação significativa, garantindo que as prioridades e necessidades dos diversos membros da comunidade moldem efetivamente as respostas de adaptação. Isto começa com a identificação explícita das barreiras à participação significativa e com a resolução dessas barreiras.

Figura 3: Barreiras à participação significativa e as chaves para as ultrapassar



Barreiras

Identificámos as barreiras à participação de grupos excluídos e sub-representados, tais como mulheres, jovens e pessoas com deficiência (PCD), na tomada de decisões sobre adaptação como sendo:

- estruturas políticas e institucionais que os excluem
- confiança limitada para se manifestarem e expressarem as suas prioridades
- normas culturais profundamente enraizadas que determinam o que se espera ou quem está autorizado a participar
- falta de apoio logístico para participar em reuniões (por exemplo, espaços para cuidados infantis e amamentação, acesso sem degraus, assistentes para pessoas com deficiência visual e horários de eventos que entram em conflito com as suas agendas, etc.)

Chaves para ultrapassar as barreiras

Identificámos estratégias eficazes para abordar e superar estas barreiras, tais como:

- sensibilização da comunidade para a partilha de papéis (por exemplo, discutir explicitamente com os detentores de poder os impactos diferenciados das alterações climáticas em diferentes grupos da comunidade, as limitações e desvantagens que enfrentam na adaptação e como as superar)
- a introdução de alterações estruturais nas instituições e processos locais para que sejam mais representativos e inclusivos em relação aos diversos membros da comunidade (por exemplo, reservar lugares nos comités de gestão de recursos naturais para representantes de grupos marginalizados e desfavorecidos)
- reforçar a confiança dos grupos sub-representados de que o seu conhecimento é válido e fornecer-lhes informações relevantes para que possam desempenhar as suas responsabilidades de tomada de decisão
- garantir que as questões de acessibilidade e falta de tempo dos grupos excluídos sejam abordadas na implementação do projeto (por exemplo, horários das reuniões, questões de acesso físico)
- adaptar as estratégias de inclusão aos contextos locais (por exemplo, adaptar ferramentas e abordagens para corresponder às experiências únicas dos grupos-alvo e a considerações culturais, tais como os seus níveis de literacia e numeracia, abrindo oportunidades para que partilhem e demonstrem os seus conhecimentos e competências indígenas e locais distintos)
- realizar encontros separados para grupos excluídos, quando justificado, para garantir que as suas vozes únicas sejam ouvidas e consideradas de forma equitativa; estes pontos de vista podem, em seguida, ser integrados nos processos de governação comunitária e local.

Estes são pontos de partida gerais. Mais detalhes sobre como melhorar a participação significativa dos grupos excluídos são apresentados nas secções abaixo.

Promover a liderança juvenil e a colaboração intergeracional

Pontos-chave: Os jovens já estão a liderar iniciativas de LLA e a trabalhar em conjunto com os mais velhos para cocriar e partilhar conhecimento entre gerações. O reforço destes esforços exige que as instituições locais criem oportunidades para a liderança juvenil e que os intermediários prestem apoio específico à adaptação liderada pelos jovens e intergeracional.

Potenciar a liderança juvenil nas iniciativas de adaptação e apoiar a transferência intergeracional de conhecimentos e práticas resilientes às alterações climáticas revelaram-se elementos fundamentais de uma adaptação equitativa e liderada pela comunidade. Vários projetos da CDKN tomam o empoderamento dos jovens como ponto de partida para a ação.

Por exemplo, no Quénia, os adolescentes têm-se envolvido cada vez mais na restauração ambiental através da «Conservation Cup» — inspirada no futebol — organizada pela organização não governamental liderada por jovens «Nature and People as One» (NaPO) em Marsabit (NaPO, 2026)²⁷. A «Conservation Cup» é um torneio de futebol concebido para incentivar a participação dos jovens na restauração ambiental: para participar na competição, as equipas têm de plantar um determinado número de árvores numa área definida, a fim de combater a desflorestação. Existem também regras relativas ao cuidado e à manutenção das árvores. Até ao momento, a organização restaurou com sucesso 600 hectares de pastagens e florestas degradadas, ao mesmo tempo que transformou estruturas e práticas através da mobilização dos jovens para a restauração por meio do lazer e do desporto. Paralelamente, a NaPO está a mobilizar ativamente os atores comunitários para elaborar o Plano Participativo de Gestão Florestal 2024-2029, que foi adotado e validado por mais de 50 atores, incluindo o governo local, ONG e grupos da Associação Florestal Comunitária.

Os projetos envolvem os jovens tanto como «executores» como «embaixadores», dando-lhes a oportunidade de influenciar tanto as políticas como as práticas. Por exemplo, na Etiópia, uma Comunidade de Prática (CoP) sobre Equidade de Género e Inclusão Social (GESI) entre ministérios governamentais envolve agora redes de jovens nas suas atividades de intercâmbio de conhecimentos e formação. Está a adotar uma abordagem de «formação de formadores» para capacitar líderes jovens em competências de planeamento e execução climaticamente inteligentes e socialmente inclusivas, e prepará-los para transferir as suas competências para outros jovens, utilizando uma abordagem de adaptação liderada localmente nas suas comunidades de origem.

«O plano é o seguinte: se tivermos todos estes especialistas qualificados e grupos de jovens que vão implementar as ações no terreno, então será possível influenciar os processos de adaptação liderados a nível local no país.»

– Arsema Andargatchew, CDKN Etiópia

A transferência intergeracional de conhecimentos é fundamental para o empoderamento dos jovens. Por exemplo, durante as sessões de plantação de árvores da NaPO Conservation Cup, os mais velhos são convidados a participar e a partilhar as suas técnicas de cultivo.

Nos Camarões, a iniciativa «Urban Art 4 Climate» da Grand Slam tem vindo a utilizar concursos de poesia slam para sensibilizar para as alterações climáticas nas cidades de Maroua, Bertoua, Douala e Kribi. Esta iniciativa capacitou mais de 800 jovens com idades entre os 15 e os 22 anos — incluindo 300 raparigas — para que

27. NaPO (2026). «Nature and People as One: The Movie». Marsabit, Quénia: Nature and People as One. <https://www.youtube.com/watch?v=MyXK9vENjA>



Participantes do projeto «Arte Urbana pelo Clima» nos Camarões, que promove a sensibilização para as questões climáticas através da expressão criativa.
Crédito fotográfico: Grand Slam

se manifestassem sobre questões climáticas e partilhassem as suas mensagens nas suas comunidades. Os participantes afirmam que isto aumentou significativamente a sua confiança e o seu sentimento de esperança na capacidade de gerir o ambiente de forma mais sustentável (ver citações abaixo). Fizeram-no através de uma combinação de educação climática, competências artesanais tradicionais e expressão criativa. Os «ativistas» emergentes estão a promover meios de subsistência resilientes às alterações climáticas e enraizados na cultura. Estão a desafiar as normas sociais — em particular no que diz respeito ao uso generalizado de produtos descartáveis de plástico, quando se podem utilizar, em vez disso, produtos biodegradáveis fabricados de forma sustentável a partir de materiais naturais, que também geram empregos ecológicos.

A iniciativa revive competências artesanais introduzidas pelas gerações mais velhas que estão a desaparecer gradualmente, como a confeção de chapéus a partir de fibras naturais recicláveis. A formação nestes ofícios tradicionais visa tanto preservar o conhecimento indígena como perpetuar modos de produção e consumo ecológicos que evitem os aspetos poluentes da sociedade de consumo moderna.

«Todos os avós e pais queixam-se de que os jovens estão a fugir para as grandes cidades — por exemplo, para se tornarem motoristas de táxi em Yaoundé. Por isso, identificaram que existe a possibilidade de promover ofícios mais ecológicos da sua região, que são indígenas, tais como fogões melhorados e tecelagem de palha. Imagine se estes jovens forem os decisores, os ministros do futuro. Forjámos uma mentalidade para o futuro.»

– Arnaud Baana, Grand Slam



Jogadores de futebol a plantar árvores no âmbito da NaPO Conservation Cup, no Quênia, que alia o envolvimento dos jovens, a restauração ambiental e a ação climática

Crédito fotográfico: NaPO

«[Para mim] é um sentimento de alegria, porque antes não sabia como fazer mesas e bancos em bambu e com ráfia. Agora sei como fazê-los.»

- Zalifou Alex, laureado do Urban Art 4 Climate, Camarões²⁸

Uma iniciativa em Moçambique assenta firmemente na colaboração intergeracional. Nos distritos de Guro, Tambara, Sussundenga e Macossa, a Rede de Jovens de Gonzololo tem vindo a abordar uma crescente desconexão entre as gerações mais jovens e os sistemas de conhecimento tradicionais que, historicamente, sustentaram a organização social, a produção agrícola e a resiliência climática da comunidade. O conhecimento dos mais velhos inclui práticas agrícolas, métodos locais de previsão climática, conservação de sementes, gestão de recursos naturais, estruturas de governação comunitária e mecanismos culturais para a transmissão de valores e competências.

Quando a partilha intergeracional deste conhecimento diminui, a capacidade de adaptação local enfraquece, uma vez que muitos destes sistemas de conhecimento funcionam como mecanismos comunitários de gestão de riscos e de resposta às alterações climáticas. Em resposta a esta situação, o projeto está a implementar um processo estruturado para valorizar, recuperar e sistematizar este conhecimento através da criação de um «Banco de Conhecimento Tradicional». Este mecanismo participativo recupera, valida e revitaliza os conhecimentos especializados locais, reposicionando os anciãos, os agricultores experientes e os líderes comunitários como guardiões ativos da inteligência climática.

Estão a ser organizadas Feiras de Conhecimento Agrícola Tradicional como espaços públicos de intercâmbio, demonstração prática e exposição de variedades locais de sementes, técnicas agrícolas resilientes e experiências de adaptação baseadas na comunidade. Estas feiras reforçam o reconhecimento social do conhecimento local, fortalecem o orgulho comunitário e estimulam o diálogo intergeracional, contribuindo para a revitalização de sistemas de produção adaptados às condições ecológicas locais. Além disso, os jovens entrevistam os mais velhos individualmente para registar e documentar os seus conhecimentos, ao mesmo tempo que partilham o que aprenderam sobre novos métodos, como a compostagem, numa verdadeira troca de conhecimentos.

Além disso, cientistas da Universidade do Zambeze estão a ajudar a integrar o conhecimento tradicional e científico, formando produtores rurais na conservação de sementes locais. Isto inclui medidas como o armazenamento protetor de sementes locais, o que é fundamental no contexto das alterações climáticas. O papel da universidade é um exemplo notável de como um intermediário local pode contribuir com conhecimentos especializados e apoio material para melhorar a transferência intergeracional de conhecimento indígena e reforçar a resiliência.

«Já perdemos grande parte do património genético local devido à falta de valorização e promoção deste conhecimento. Agora, o nosso objetivo é compreender a importância da soberania genética e da sustentabilidade, com base no princípio de que a melhor tecnologia de conservação de sementes reside na utilização de sementes com genética resiliente e adaptadas às condições locais.»

- Hosia Mavoto, Fundação Micaia

28. Grand Slam (2025). Vídeo, Foco Especial: Arte Urbana pelo Clima – Vozes de Ação a Favor do Clima e do Ambiente, <https://www.youtube.com/watch?v=Ki8dX2WeD1o>

Reforço da liderança das mulheres

Pontos-chave: Muitas das abordagens bem estabelecidas para promover a equidade de género no desenvolvimento sustentável também se aplicam à LLA. Em todos os nossos projetos, as mulheres demonstram conhecimentos e competências valiosos relacionados com a gestão dos recursos naturais, moldados pelos seus papéis de género. Quando as mulheres podem exercer uma liderança significativa na LLA, estas capacidades contribuem para resultados de adaptação mais eficazes e inclusivos. Isto não é apenas uma questão de equidade, mas também de reforço da resiliência das comunidades como um todo.

Embora as questões de GESI e as questões interseccionais sejam transversais a todas as experiências descritas neste relatório, tal como discutido anteriormente, passamos agora a abordar as necessidades específicas que surgem no que diz respeito ao empoderamento das mulheres e das raparigas, bem como à aliança dos homens para reforçar a liderança das mulheres e das raparigas na adaptação.

Mais concretamente, as mulheres e as raparigas vivem as alterações climáticas e os seus impactos em cascata de forma diferente dos homens e dos rapazes e podem ter perspetivas, competências e formas de conhecimento distintas para contribuir para as soluções climáticas. Por lei, as mulheres podem ter direitos para liderar uma adaptação eficaz e baseada nos ecossistemas às alterações climáticas, tais como a posse da terra ao abrigo do direito consuetudinário e do direito estatal. No entanto, devido às normas sociais, os seus direitos podem não ser reconhecidos nem aplicados na prática, limitando o seu bem-estar e a sua autonomia.

É por isso que as mulheres e as raparigas devem ser envolvidas de forma equitativa em todos os aspetos da adaptação liderada pela comunidade. A solidariedade em prol do empoderamento das mulheres deve ser reforçada em todas as comunidades — incluindo os homens que defendem esta causa.

«Uma das principais laureadas de poesia slam que seleccionámos, não se vê o rosto dela no alinhamento final, e isso deve-se ao facto de, na última hora antes da final, ela ter sido envolvida num casamento precoce, aquilo a que se pode chamar um casamento forçado, e esse é um dos temas que precisamos de abordar e enfrentar aqui.»

– Formador (homem), Urban Art4Climate, Camarões²⁹

Ao nível dos programas e projetos estratégicos, os nossos projetos têm abordado estas realidades através de:

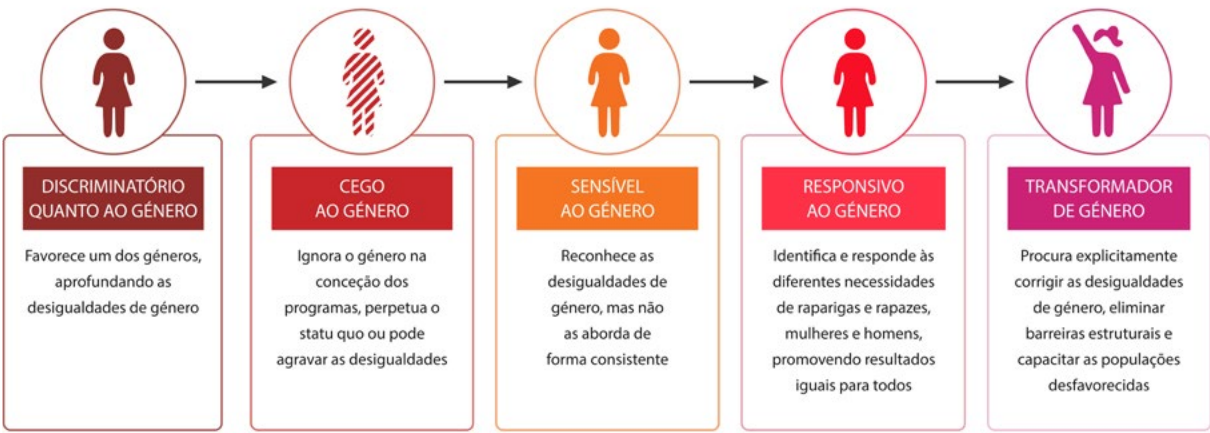
- **Procurando adotar uma abordagem faseada para reforçar a inclusão das mulheres**, que pode ser descrita como um avanço ao longo do continuum GESI (ver Figura 3) – de uma abordagem sensível às questões GESI para uma abordagem transformadora em termos de GESI, tendo em conta que a mudança é um processo que leva tempo.
- **Desenvolvendo diretrizes e ferramentas de integração para apoiar a integração eficaz da GESI** (ver, por exemplo, os elementos do kit de formação da CDKN sobre GESI para a Etiópia, destinado a ser utilizado a nível provincial, municipal e local).³⁰
- **Descentralizar as competências de análise e facilitação em matéria de GESI**, reforçando assim as capacidades das comunidades para esta abordagem essencial e matizada: resistir à ideia de uma dependência a longo prazo de consultores de GESI e procurar integrar essas competências de forma sustentável a nível local (Bamanyaki e Dupar, 2025).³¹

29. Grand Slam (2025). Vídeo, Foco Especial: Arte Urbana pelo Clima – Vozes de Ações a Favor do Clima e do Ambiente, <https://www.youtube.com/watch?v=Ki8dX2WeD1o> minuto 2:50

30. CDKN (2026). Comunidade de Prática da Etiópia para a Igualdade de Género e a Inclusão Social. Página web. Cidade do Cabo: CDKN. Disponível em <https://cdkn.org/project/ethiopia-community-practice-gender-equality-and-social-inclusion-gesi-climate-change>

31. Bamanyaki, P. e Dupar, M. (2025) «Género e inclusão social: Está na hora de deixar de externalizar?» Blogue. <https://cdkn.org/story/gender-and-social-inclusion-time-stop-outsourcing>

Figura 3: O continuum de integração da GESI



Fonte: UNICEF e Grupo de Trabalho Interagências (UNICEF, 2024)³²

O conhecimento específico das mulheres sobre os recursos naturais e as suas competências na gestão desses recursos, bem como os seus direitos de posse limitados, são considerações fundamentais em contextos sensíveis às alterações climáticas.

É o que acontece nas zonas costeiras, ilhas e zonas húmidas do interior do Senegal. Na Ilha de Niodior, em particular, o empenho das mulheres e das organizações locais em impedir que a subida do nível do mar degrade as terras aráveis e em evitar que a recolha local de lenha degrade ainda mais os mangais está a resultar em soluções inovadoras para a degradação ambiental. As mulheres valorizam, mantêm e restabelecem os sambaquis (Hardy et al. 2016),³³ enquanto a irrigação com bombas solares lhes proporciona um meio de melhorar a produtividade agrícola e a segurança nutricional e de rendimento a ela associada.

Os grupos locais estão organizados de forma a que cada membro possa reforçar o seu empoderamento económico através da geração de rendimentos com a horticultura comercial. Isto é especialmente importante, uma vez que, nestas ilhas, o abastecimento alimentar depende do poder económico (acesso direto a instituições financeiras e/ou apoio financeiro da diáspora), das marés (uma questão de segurança), da precipitação e dos ventos (durante a estação das chuvas) e da disponibilidade de canoas (uma questão de mobilidade). O empenho das mulheres locais na resiliência alinha-se perfeitamente com a agenda das autoridades locais: estas têm prestado apoio concreto através da atribuição de vários hectares de terra às mulheres, que têm dificuldade em adquiri-la por conta própria — uma questão de justiça social.

Noutras regiões do sul do Senegal, os clubes ecológicos locais estão a reforçar a liderança das raparigas na adaptação e na gestão ambiental. Quatro clubes ecológicos em cinco escolas de Kolda envolveram mais de 2 000 alunos e professores ao longo de um ano, reforçando a gestão ambiental e a sensibilização para as questões climáticas entre a próxima geração de líderes locais através de competições inter-ambientais, formação agroecológica, plantação de sementes e a criação de hortas escolares. Os clubes ecológicos centram-se em aumentar e reforçar a participação das raparigas na tomada de decisões, uma vez que estas são tradicionalmente excluídas das atividades comunitárias.

Atuando como intermediário e facilitador, a CDKN ajudou a fomentar a liderança entre os alunos como agentes do desenvolvimento sustentável, criando comités executivos para cada clube ambiental que permitem que tanto rapazes como raparigas se candidatem voluntariamente a cargos; atualmente, 60% dos cargos de presidente executivo ou vice-presidente são ocupados por raparigas.

32. UNICEF (2024). Aplicação do Continuum de Integração de Género à Proteção Social: Nota de Orientação para Avaliar o Nível de Integração de Género nas Políticas e Programas de Proteção Social. Roma: UNICEF. <https://www.unicef.org/innocenti/media/10031/file/UNICEF-Innocenti-GRASSP-Design-Guidelines-2024.pdf>

33. Hardy et al (2016). A apanha de marisco e a construção de sambaquis no Delta do Saloum, no Senegal, *Journal of Anthropological Archaeology*, Volume 41, 2016, páginas 19-32, <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2015.11.001>.

Valorizar as pessoas com deficiência

Pontos-chave: *As pessoas com deficiência enfrentam riscos climáticos específicos e muitas vezes ignorados. Uma LLA equitativa requer a sua inclusão significativa nos processos de tomada de decisão, para que as ações de adaptação reflitam as suas necessidades, prioridades e direitos.*

As pessoas com deficiência (PCD) estão entre as mais vulneráveis às alterações climáticas. Não existem dados suficientes sobre quem são e como as consequências das alterações climáticas as afetam.³⁴ As tendências climáticas e os fenómenos extremos podem até ser a causa de novas deficiências. Por exemplo, a desnutrição pode ser agravada pelas alterações climáticas (levando a doenças e ao atraso no crescimento das crianças), e doenças sensíveis ao clima, como a malária, estão a expandir-se para novas áreas devido às alterações climáticas. Fenómenos meteorológicos extremos cada vez mais frequentes podem causar lesões e doenças.

O apoio local às pessoas com deficiência varia consideravelmente. Há uma necessidade premente de ter em conta o leque de necessidades das pessoas com deficiência em processos de adaptação equitativos e liderados pela comunidade, para que possam levar uma vida segura, digna e produtiva.

Um exemplo de como as questões relacionadas com a deficiência foram integradas nas ações de adaptação encontra-se no subcondado de Mwala, no Quênia. O projeto Miu Weir é uma iniciativa destinada a gerir os escassos recursos de água doce para as necessidades domésticas e agrícolas de forma resiliente às alterações climáticas. É gerido por um Comité de Planeamento das Alterações Climáticas do Distrito. Este comité inclui representantes da comunidade, nomeadamente aqueles que representam as pessoas com deficiência — o que é exigido por lei —, bem como organizações comunitárias e religiosas, jovens e mulheres. O grupo elaborou uma proposta bem-sucedida dirigida às autoridades nacionais e locais para obter financiamento para uma barragem de areia e infraestruturas hídricas que seriam geridas localmente. Depois de garantirem o financiamento, foi realizada uma atividade de participação pública para assegurar que o projeto estivesse alinhado com as necessidades da comunidade, incluindo as necessidades expressas pelas pessoas com deficiência.

Inovar na utilização da tecnologia

Conclusão principal: *As comunidades locais estão a determinar como as tecnologias introduzidas podem ser adaptadas e integradas com o conhecimento indígena e local para acelerar e melhorar a eficácia da LLA.*

As comunidades locais estão a tirar partido das tecnologias introduzidas para reforçar os seus esforços de adaptação. Por vezes, é necessário e desejável introduzir novas tecnologias que ajudem as comunidades a gerir melhor os recursos escassos. Mesmo que uma tecnologia já esteja bem estabelecida a nível global (por exemplo, a energia solar fotovoltaica), pode não ter chegado à «última milha» nas comunidades africanas por várias razões relacionadas com o acesso, a equidade e a inclusão. Tal como o título desta secção indica, os exemplos abaixo não se referem à tecnologia em si. A inovação reside no facto de serem as próprias comunidades a determinar como estas tecnologias são utilizadas para apoiar a LLA.

No Sudão do Sul, um projeto levado a cabo pela Youth Empowerment and Development Action (YEDA) fornece irrigação alimentada a energia solar para o cultivo de hortaliças, com efeitos transformadores. Trata-se de uma resposta direta à imprevisibilidade dos padrões tradicionais de precipitação, que deixou as comunidades sem certeza sobre quando plantar e colher. Os sistemas de irrigação de pequena escala, alimentados a energia solar, colocam a gestão da água sob o controlo das comunidades.

34. UN DESA (2024). Relatório sobre Deficiência e Desenvolvimento 2024: Acelerar a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por, para e com pessoas com deficiência. UN DESA. <https://social.desa.un.org/sites/default/files/2025-09/DDR2024-Full-Report-Final.pdf>
Stein et al. 2024: As conclusões salientam que, apesar de existirem mais de mil milhões de pessoas com deficiência a nível global, a deficiência continua a estar praticamente ausente da investigação, das políticas e dos programas relacionados com o clima. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S254251962400024X>



Mulheres do condado de Mundri West, no Sudão do Sul, a participar numa oficina de mapeamento organizada pela HumanitarianOpenStreets.

Crédito fotográfico: HOT

No Monte Marsabit, no Quênia, os membros da comunidade estão a compilar informações sobre as alterações climáticas e ambientais utilizando a Ferramenta de Monitorização Espacial e Relatórios (SMART). Esta aplicação para smartphone permite aos membros da Rede de Conservação dos Pastores registar espécies selvagens, monitorizar os movimentos da vida selvagem e analisar estes dados em conjunto com os padrões de utilização e disponibilidade de recursos, tais como a localização e o estado dos charcos.

A Nature and People as One (NaPO) estabeleceu uma parceria com a Rede de Conservação dos Pastores para formar pastores na utilização da ferramenta SMART na língua local, o samburu. A ferramenta apresenta ícones de diferentes animais, como elefantes, o que ajuda os utilizadores que não sabem ler. Após a formação, os pastores passaram a ser capazes de registar as espécies que avistam. Conforme referido anteriormente, a comunidade utiliza agora esta informação para compreender a distribuição e a abundância das espécies, identificar as pressões sobre as mesmas e desenvolver planos de gestão sustentáveis. Elaboraram um plano de sustentabilidade que inclui um plano anual de pastagem por estação, e a comunidade consegue agora deslocar-se de um local para outro sem esgotar os recursos da área.³⁵ Este é um exemplo da combinação de conhecimento indígena e apropriação local com informação e ferramentas digitais.

Isto permite que a população local aceda a informação integrada sobre a movimentação do gado, da vida selvagem e dos recursos disponíveis. A informação apoia a tomada de decisões que, por sua vez, promove a sustentabilidade. Por exemplo, a informação fornece uma visão geral de onde se encontra a vida selvagem nesta altura do ano e quais as espécies que se localizam em cada local. A partir daí, conseguimos ajudar e informar a comunidade sobre os diferentes espaços que podem utilizar e também sobre como se deslocarem de acordo com as estações do ano.

– Loitiptip Loronyokwe, NaPO

35. Fonte: Loitiptip Loronyokwe, workshop de Machakos.

Mobilização dos recursos próprios pelas comunidades

Conclusão principal: A tendência predominante observada é a de as comunidades locais procurarem modelos de autofinanciamento que sustentem a LLA a longo prazo: isto inclui a utilização de fundos de empréstimo rotativo para apoiar atividades económicas resilientes às alterações climáticas e modelos baseados em taxas de utilização para bens e serviços resilientes às alterações climáticas. O desenvolvimento de atividades da cadeia de valor é também favorecido. Enquanto conjunto de opções, estas evitam a dependência de financiadores externos para além dos fundos iniciais, quando necessário.

As comunidades têm-se vindo a adaptar à variabilidade e às alterações climáticas há milénios. É verdade que os ritmos atuais das alterações climáticas são sem precedentes, mas as respostas das comunidades podem basear-se nas mentalidades e nos recursos de adaptação, empreendedorismo e autoajuda de que já dispõem. Esta secção aborda a mobilização de recursos financeiros internos pelas comunidades em resposta às alterações climáticas. Um documento relacionado, o «Ideas to Impact Toolkit»⁽³⁶⁾, descreve uma abordagem em duas vertentes, através da qual os recursos financeiros internos podem ser mobilizados para ações de adaptação de forma sustentável e a longo prazo, embora normalmente não consigam cobrir grandes investimentos; por outro lado, as despesas em maior escala requerem normalmente financiamento externo, mas têm de ser geridas com cuidado para garantir a sustentabilidade financeira e social (assunto que abordamos na secção seguinte).

Em termos monetários, as comunidades estão familiarizadas com a gestão de uma variedade de modalidades de pequena escala e autofinanciadas, tais como as associações de poupança e crédito nas aldeias. Estas têm nomes e formas diferentes e podem estar enraizadas em regras tradicionais e religiosas relativas ao empréstimo de dinheiro. Estão também a ser implementadas em formas que visam grupos demográficos mal servidos pela infraestrutura bancária moderna, tais como mulheres e jovens. A YEDA tem apoiado associações de poupança e crédito nas aldeias no Sudão do Sul, que constituem um desses exemplos.

Pode ser útil distinguir entre as necessidades financeiras para bens e serviços resilientes às alterações climáticas e adaptativos que geram um retorno financeiro (ou seja, os custos iniciais podem ser reembolsados) e aqueles que não conseguem, de forma viável, gerar um retorno monetário. É razoável esperar que os empréstimos a proprietários de micro ou pequenas empresas privadas sejam reembolsados, por exemplo, e constituem uma escolha popular para fundos comunitários autossustentáveis.

Os modelos empresariais e empreendedores para o financiamento da adaptação incluem:

- No Gana, a CDKN está a trabalhar ativamente com o setor empresarial privado para que este possa participar em iniciativas de ação climática. Isto inclui pequenas e médias empresas (PME) e empresas do setor informal. O envolvimento do setor privado é fundamental para apoiar a mobilização de recursos para a ação climática local, especialmente o financiamento de ações climáticas que estejam alinhadas com as prioridades locais de adaptação. Estas entidades são reunidas com a comunidade para identificar investimentos em adaptação climática que possam realizar.
- No norte de Moçambique, uma parceria de longo prazo entre a Fundação Micaia e a Baobab Products Mozambique (BPM), um dos principais produtores e exportadores de pó e óleo de baobá de alta qualidade com certificação biológica, mostra como modelos de negócio inclusivos podem transformar tanto os meios de subsistência como as dinâmicas sociais. A BPM proporciona um mercado justo e transparente para o baobá, pagando preços mais elevados e adquirindo diretamente às mulheres. Milhares de mulheres estão agora envolvidas como fornecedoras numa cadeia de valor formalizada e em crescimento. A formação em colheita, alfabetização e liderança reforça a confiança e a participação das mulheres. As mulheres estão organizadas em redes e associações, aumentando a sua influência na tomada de decisões.

Consequentemente, o baobá passou de uma atividade económica informal e de baixo valor para uma cadeia de valor comercial com alcance internacional. As mulheres estão a ganhar maior controlo sobre o rendimento e uma maior participação nas decisões do agregado familiar. A cadeia de valor proporciona uma fonte de

Mulheres da aldeia de Mokeri, no Quênia, vão buscar água a um reservatório natural na Rocha de Mokeri.

Crédito fotográfico: ADA

36. Saiba mais sobre o Ideas to Impact Toolkit aqui: <https://cdkn.org/resource/ideas-impact-toolkit>

rendimento resiliente às alterações climáticas numa região propensa à seca, e a colheita sustentável e a gestão florestal apoiam a resiliência ambiental a longo prazo (Kingman, 2026).³⁷

Os investimentos em bens e serviços públicos a nível local também podem gerar um retorno financeiro, total ou parcial, se forem cobradas taxas de utilização justas, como no caso do projeto da barragem de Miu, em Machakos, no Quênia. Esta iniciativa foi lançada com fundos públicos do programa queniano «Financiamento da Adaptação às Alterações Climáticas Liderada Localmente» (FLoCCA). Neste caso, os custos de capital da construção de uma barragem eram demasiado elevados para que a comunidade os suportasse sozinha. Ainda assim, a comunidade consegue tornar a manutenção contínua autossustentável através das taxas de utilização.

O caso especial dos contextos afetados por conflitos

Conclusão principal: *as alterações climáticas podem agravar conflitos existentes, enquanto os conflitos podem comprometer os esforços de adaptação. As soluções de LLA que integram o reforço da resiliência, a gestão dos recursos naturais e a consolidação da paz podem ajudar as comunidades a enfrentar ambos os desafios em simultâneo.*

Enfrentamos diferentes formas de conflito nas nossas sociedades que afetam diretamente a forma como podemos fazer face às alterações climáticas. Os conflitos agravam os impactos das alterações climáticas em comunidades já vulneráveis em África. Ao mesmo tempo, as alterações climáticas amplificam a discórdia social e económica. Algumas sociedades vivem em conflito armado aberto; outras apresentam elevados níveis de violência interpessoal e criminalidade, o que dificulta a vida quotidiana. Podem surgir conflitos entre comunidades pastorais devido à competição por recursos, nomeadamente por pastagens e água escassas durante a seca. Noutros casos, os conflitos resultam da instabilidade política e da agitação civil. Isto perturba frequentemente a governação local, os meios de subsistência e os esforços de reforço da resiliência a longo prazo.

Uma forma de conflito menos visível, mas constante em muitos contextos, é a violência interpessoal baseada no género. Esta é raramente destacada, mas constitui um flagelo universal em todas as sociedades. A violência baseada no género permanece, em grande parte, nas sombras: encoberta por sentimentos injustificados de vergonha por parte das sobreviventes e pela sua relutância em falar, por medo de repercussões ou pela falta de estratégias de saída. Trata-se de uma forma de conflito frequentemente ignorada e subvalorizada.

Embora as formas de conflito acima mencionadas sejam variadas, todas elas se cruzam com outras pressões diárias, responsabilidades e riscos climáticos. Isto cria contextos em que as pessoas, desde o nível individual até ao nível nacional, são forçadas a fazer compromissos. Quando confrontadas com ameaças diretas e específicas à segurança e aos recursos, a adaptação e o planeamento futuro ficam frequentemente para segundo plano, uma vez que as comunidades que enfrentam deslocamentos repetidos e insegurança podem hesitar em investir em infraestruturas ou meios de subsistência a longo prazo quando o seu futuro permanece incerto. Isto reflete-se em muitas áreas do trabalho da CDKN e dos seus parceiros. No Sudão do Sul, o conflito armado aberto determina a forma como as pessoas podem investir no futuro; nos projetos da CDKN no norte do Quênia, ocorrem conflitos relacionados com os recursos entre comunidades pastorais; e nos Camarões e em Moçambique, a instabilidade política perturba as atividades dos projetos. Abaixo, discutimos o trabalho da YEDA no Sudão do Sul com maior profundidade.

No Sudão do Sul, o conflito coincidiu com chuvas cada vez mais imprevisíveis, inundações e períodos prolongados de seca. No entanto, o governo nacional tem capacidade limitada para se concentrar em, ou financiar, esforços de adaptação às alterações climáticas. O seu foco tem sido a construção da paz e a mobilização de recursos para apoiar os esforços humanitários em prol das pessoas afetadas pelo conflito ou por riscos relacionados com o clima, tais como inundações. O reforço da resiliência e o investimento na adaptação às alterações climáticas a longo prazo não têm sido prioridades urgentes. Isto deve-se, em parte, ao facto de as agências de ajuda humanitária no Sudão do Sul se terem centrado na ajuda imediata e não terem incorporado adequadamente avaliações e investimentos na construção da resiliência climática a longo prazo.

Em resposta, a YEDA, que teve início em 2008 com a missão de promover a mediação de conflitos locais e a paz, lidera agora também a agricultura resiliente às alterações climáticas nas comunidades locais, mantendo simultaneamente os seus objetivos de construção da paz e de reforço da confiança e da coesão social.³⁸ Este trabalho tem em conta as realidades sociais, psicossociais e institucionais que moldam a forma como as pessoas vivem a incerteza, o deslocamento, a confiança e o planeamento do futuro. Considera também as barreiras relacionadas com o acesso físico e com os grupos armados que controlam o território e a circulação. O trabalho da YEDA ilustra como a adaptação em contextos frágeis pode cruzar-se com esforços mais amplos para reforçar a coesão social e criar vias para um envolvimento orientado para o futuro.

«...no Sudão do Sul, desde o início dos anos 80 até aos anos 90, a estação das chuvas começa em abril e termina em novembro, e a população local sabe quando plantar as suas culturas e quando colher, bem como quando se aproxima a estação seca. Mas agora, com os efeitos das alterações climáticas e as políticas fracas que ainda temos, baseadas no colonialismo, as pessoas estão a destruir florestas e assim por diante... as pessoas nunca compreendem o que está a acontecer. Assim, com as inundações e o longo período de seca, nós, enquanto organizações, estamos a identificar as áreas mais afetadas pelas alterações climáticas. E, ao fazê-lo, estamos também a sensibilizar a população para o verdadeiro impacto [das alterações climáticas].»

- Driuni Jakani

O trabalho da YEDA demonstra a importância de uma adaptação informada pelo conflito, que reconheça os encargos e desafios adicionais que surgem em contextos frágeis e afetados por conflitos. Para que o trabalho de adaptação seja sustentável e tenha impacto, deve ter em conta a multiplicidade de desafios e riscos interligados que moldam a vida em contextos frágeis. Deve também reconhecer a realidade de que as pessoas enfrentam ameaças imediatas que podem parecer mais prementes do que o enquadramento, por vezes abstrato, das alterações climáticas. A adaptação deve ser concebida para uma incerteza prolongada, em vez de partir do pressuposto de estabilidade e continuidade. A LLA torna-se particularmente importante quando o Estado não consegue levar a cabo de forma eficaz a adaptação e a redução do risco de catástrofes. Nestes contextos, torna-se ainda mais imperativo que as comunidades locais liderem a adaptação e o planeamento do risco.

CAIXA 8

Conflito entre seres humanos e vida selvagem

O conflito entre seres humanos e vida selvagem é uma das várias formas de conflito que podem afetar os esforços de adaptação. A par dos conflitos armados, da instabilidade política, da violência interpessoal e da competição pelos recursos naturais, pode comprometer os meios de subsistência e aumentar a vulnerabilidade, particularmente para as comunidades que já enfrentam pressões relacionadas com o clima. Para muitas comunidades rurais, isto significa danos nas colheitas, perda de gado, infraestruturas danificadas e riscos para a segurança física, especialmente em áreas limítrofes de áreas protegidas.

Na região do Monte Marsabit, no Quênia, a NaPO tem trabalhado com as comunidades para reduzir o conflito entre seres humanos e vida selvagem, ao mesmo tempo que apoia a resiliência climática e a restauração ambiental. Um exemplo é a promoção da apicultura. A colocação estratégica de colmeias em torno das explorações agrícolas ajuda a dissuadir os elefantes de entrarem em áreas agrícolas, reduzindo os danos às culturas e, ao mesmo tempo, proporcionando às famílias uma fonte de rendimento adicional através da produção de mel. A NaPO também criou a Rede de Conservação dos Pastores (HCN)³⁹, que reúne pastores de diferentes povoações. Com base no seu conhecimento da paisagem e da dinâmica das comunidades locais, os membros da HCN identificam áreas com conflitos frequentes entre seres humanos e animais selvagens e ajudam a direcionar intervenções que protejam tanto as pessoas como a vida selvagem.

Através de uma aplicação para smartphone (abordada na página xx), os membros da HCN registam os movimentos da vida selvagem e os principais recursos das pastagens, tais como pontos de água. Esta informação ajuda as comunidades a antecipar os movimentos da vida selvagem e a reduzir o risco de encontros perigosos. Os pastores também partilham as suas descobertas com as suas comunidades em geral, contribuindo para reforçar as relações e a confiança. Estas abordagens não eliminam totalmente o conflito. No entanto, ajudam as comunidades a encontrar formas práticas de reduzir os danos, reforçar a coexistência e apoiar tanto os meios de subsistência como a conservação.

37. Kingman, A. (2026). *Promover a igualdade de género e a resiliência climática através das cadeias de valor do fruto do baobá*. Cidade do Cabo: CDKN. <https://cdkn.org/resource/advancing-gender-equity-and-climate-resilience-through-baobab-fruit-value-chains>

38. Fonte: Driuni Jakani, workshop de Machakos

39. Leia mais: [Tecnologia, tradição e coexistência: como um parceiro da CDKN está a trabalhar com comunidades pastorais para monitorizar e gerir o seu ambiente](#)

4. O papel crucial das políticas nacionais e subnacionais

O carácter descentralizado do governo

Conclusão principal: a LLA depende não só da liderança comunitária, mas também de sistemas de governação facilitadores. As instituições nacionais e subnacionais desempenham um papel fundamental na delegação de autoridade, no reforço da capacidade local e na criação das condições para que as comunidades liderem a adaptação. Estes sistemas de governação diferem significativamente de um país africano para outro.

As políticas nacionais e subnacionais podem criar condições favoráveis e propícias para que a adaptação equitativa e liderada pela comunidade prospere. Podem também promover a coordenação e resolver compromissos entre os atores do desenvolvimento no contexto nacional. Uma LLA eficaz depende não só da liderança comunitária, mas também de sistemas de governação que descentalizem a autoridade, legitimem o conhecimento local, reforcem a capacidade institucional e eliminem as barreiras que impedem os atores locais de liderar a adaptação.

Sistemas de governação diferentes requerem estratégias diferentes para viabilizar a liderança local. Por exemplo, tal como discutido anteriormente, o Quênia delegou uma parte significativa do planeamento do desenvolvimento, da afetação orçamental e da monitorização e avaliação aos governos dos condados, ao abrigo da sua Constituição nacional. Isto permitiu que os governos de cada condado estabelecessem os quadros jurídicos para enriquecer a participação da comunidade no desenvolvimento resiliente às alterações climáticas e nos sistemas de monitorização.

Na Etiópia, onde a administração governamental e a elaboração de políticas são mais centralizadas, o trabalho da CDKN tem-se centrado, em vez disso, na criação de ambientes propícios à difusão de conhecimento e ao reforço de capacidades a nível nacional, com a expectativa de que estes esforços se propaguem para os níveis subnacionais e locais através da Comunidade de Prática GESI.

Na Namíbia, o Ministério do Ambiente, Pescas e Turismo é o órgão central e coordenador de todas as ações climáticas. Através do apoio e da intervenção da CDKN, em parceria com a Universidade da Namíbia, a CDKN tem vindo a trabalhar, nos últimos quatro anos, com o MEFT, o Ministério da Igualdade de Género e do Bem-Estar Social, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Rural, 12 dos 14 conselhos regionais do país e o Gabinete do Primeiro-Ministro para identificar e descentralizar as ações relacionadas com as alterações climáticas para comités subnacionais de redução do risco de catástrofes. Paralelamente, a CDKN reforçou a capacidade de adaptação às alterações climáticas em 12 governos subnacionais e apoiou três destes conselhos regionais no desenvolvimento de planos de ação climática locais. Isto demonstra como o reforço da arquitetura institucional, a descentralização da governação climática e da RRC, e o desenvolvimento de capacidades regionais podem criar um ambiente propício para a LLA.

Aproveitar a experiência da comunidade para garantir políticas propícias

Conclusão principal: A relação entre as políticas e a LLA é recíproca: as políticas podem viabilizar a LLA, enquanto uma LLA bem-sucedida pode ajudar a moldar as políticas.

Por outro lado, os atores locais podem inovar na sua área de atuação, demonstrar abordagens eficazes e resultados tangíveis, e utilizar estes casos-piloto para impulsionar a mudança política a um nível nacional mais amplo. No Benim, a Survie facilitou processos locais de proteção florestal em florestas sagradas detidas e geridas pela comunidade. Promoveu a conservação da biodiversidade através da valorização de espécies associadas a divindades veneradas na religião Voudoun e amplamente respeitadas por adeptos de outras religiões. Criou 12 viveiros onde são cultivadas plantas de uso tradicional — para fins medicinais e religiosos; já foram plantadas milhares de plântulas, e a criação dos viveiros visa sustentar os esforços a longo prazo. Este trabalho serviu como um importante modelo de demonstração que permitiu à Survie defender com sucesso a inclusão do conhecimento e das práticas indígenas relacionadas com as florestas sagradas nas políticas e estratégias de conservação da biodiversidade.

Consequentemente, os quadros nacionais e locais de gestão da biodiversidade e dos ecossistemas reconheceram formalmente o conhecimento ambiental indígena. Alguns municípios estão a considerar a integração de sistemas de gestão de florestas sagradas nas suas estratégias ambientais, nomeadamente nos Planos de Desenvolvimento Distritais.

Identificar e abordar as políticas que dificultam a ação local

Conclusão principal: Embora as políticas facilitadoras sejam essenciais para a LLA, as barreiras legais, financeiras e sociais também devem ser abordadas para garantir que as comunidades possam agir e prosperar.

Embora este progresso nas políticas facilitadoras seja muito bem-vindo, subsistem barreiras nas políticas nacionais que — se eliminadas — poderiam estimular ainda mais as ações de adaptação lideradas pela comunidade. A Survie destacou que, no Benim, a legislação nacional não permite benefícios fiscais para doações de caridade. Isto cria um grande desincentivo às doações de caridade a ONG e a entidades locais sem fins lucrativos que realizam a LLA. A concessão de benefícios fiscais seria um requisito fundamental para desbloquear as doações individuais e filantrópicas. Isto serve para lembrar que poderá ser necessária uma vasta gama de leis e políticas facilitadoras, num contexto nacional e subnacional, para permitir que a adaptação equitativa e liderada pela comunidade prospere — e algumas dessas políticas podem nem sequer ser específicas para a adaptação. Além disso, tal como discutimos anteriormente relativamente às barreiras à participação equitativa e significativa de grupos marginalizados, como as mulheres, as leis facilitadoras são necessárias, mas não suficientes; é igualmente necessário mudar as normas e comportamentos sociais, bem como disponibilizar recursos para a implementação das políticas e a aplicação da lei.



Entrega de materiais de comunicação da CDKN a um participante durante o Workshop Nacional sobre GESI em Windhoek, na Namíbia.

Crédito fotográfico: CDKN Namíbia



Amanda April, da CDKN, conduz uma sessão de discussão em grupo sobre sustentabilidade no workshop de Machakos, no Quênia.

Crédito: CDKN

5. Como as parcerias de financiamento externo podem reforçar uma adaptação equitativa e baseada na comunidade

«A liderança local consiste em reconhecer o que a comunidade sabe e precisa. Em segundo lugar, trata-se de saber de que apoio necessitam. Isto porque o acesso ao financiamento climático e a sua gestão podem envolver aspetos técnicos, nos quais precisarão de apoio; este apoio deve partir deles próprios. Por exemplo, podem dizer: “é isto que precisamos”, e o apelo à ação deve partir de diferentes comunidades, instituições a nível subnacional ou grupos populacionais. Não são homogêneos.»

– Margaret Angula, CDKN Namíbia

Descentralização, responsabilização descendente e liderança comunitária nas parcerias de financiamento

Prestação de contas às comunidades locais nas parcerias de financiamento

Conclusão principal: As comunidades locais, muitas vezes através de parcerias entre instituições comunitárias locais e intermediários locais, estão a identificar e a estabelecer parcerias com financiadores externos para reforçar a resiliência climática da comunidade, como parte das suas visões para sustentar a resiliência num horizonte de longo prazo.

São urgentemente necessários recursos financeiros para acelerar uma adaptação equitativa e liderada pela comunidade. O financiamento externo deve ser concedido de forma a prestar contas especificamente às comunidades, para que seja verdadeiramente eficaz. Em todos os projetos, os profissionais salientaram consistentemente que o financiamento eficaz da adaptação não começa com as prioridades dos doadores, mas sim com as prioridades definidas pela comunidade. O financiamento externo é mais eficaz quando responde a necessidades identificadas localmente, fortalece as instituições existentes e reforça a autonomia da comunidade, em vez de criar dependência. Caso contrário, as relações de financiamento externo correm o risco de sobrecarregar as instituições comunitárias e de minar a resiliência que pretendem apoiar.

«Tornar-se fluente na linguagem dos doadores tende a tornar o financiamento mais acessível... O que vale a pena não comprometer [é]: quem decide, por que é importante, quem lidera. Se a sua comunidade decide a prioridade, afirmá-lo costuma ser mais importante do que embelezar uma proposta com a linguagem dos doadores.»

– Ameil Harikishun, Responsável pelo Financiamento para a Resiliência, CDKN⁴⁰

40. Referência com hiperligação a ser adicionada assim que for publicada (2026)

Recursos para processos de transparência e responsabilização

Conclusão principal: A transparência, a prestação de contas e a participação significativa são essenciais para uma LLA eficaz e sustentável, mas não ocorrem automaticamente. Exigem um investimento deliberado: é necessário um orçamento específico para apoiar estes aspetos da LLA.

O financiamento não é necessário apenas para aquilo a que os doadores por vezes se referem de forma restrita como «atividade de adaptação», mas também para apoiar elementos genuínos do processo de organização liderada pela comunidade, necessários para que a adaptação funcione. Isto inclui recursos para:

- Fortalecimento institucional de base,
- tempo para a facilitação e o envolvimento dos membros da comunidade na definição conjunta de problemas e soluções,
- procedimentos éticos e de salvaguarda.

Por outras palavras, implementar a transparência, a prestação de contas e a participação significativa são processos que não acontecem por si só; exigem recursos adequados: a própria participação é um investimento.

«O elemento-chave é a transparência. Ao longo de todos os processos, é necessário ser transparente com as comunidades. Antes de iniciarmos a adaptação liderada localmente, tínhamos parceiros a implementar os projetos e, assim que estes concluíam uma fase, a comunidade sentia que aquele não era o seu projeto, mas sim do parceiro. No entanto, quando se adota um modelo transparente que os envolve a partir do nível mais local e ouve as suas vozes, eles assumem a propriedade do projeto e garantem a sua sustentabilidade.»

– Ajelicah Mulwa, Quênia

No Quênia, o Ministério do Ambiente, Alterações Climáticas, Recursos Naturais e Florestas (MECCF) e as unidades de alterações climáticas dos condados estabeleceram uma parceria com vários grupos de especialistas e organizações não governamentais (conforme discutido na página 35 acima) para desenvolver em conjunto um manual de indicadores padronizados e uma ferramenta digital de Monitorização, Avaliação, Relatórios e Aprendizagem (MERL) que proporcionará maior transparência e responsabilização sobre a forma como os fundos climáticos estão a ser gastos a nível distrital e como estão a beneficiar as comunidades (Karahö, 2025).⁴¹

Um outro exemplo vem da Namíbia, onde a CDKN facilitou avaliações de vulnerabilidade e risco climáticos nos distritos rurais do país, bem como o planeamento associado. Os membros da comunidade sabem melhor do que ninguém quais as ações de adaptação que podem ser planeadas a curto, médio e longo prazo e como envolver as instituições locais. O papel da CDKN consistiu em ajudar as comunidades a definir prioridades de forma significativa, tanto a nível local como no âmbito dos sistemas de financiamento dos doadores, articulando «o que já sabem, o que precisam, o que podem fazer por si próprias e que apoio externo é necessário para cada contexto», segundo a facilitadora principal Margaret Angula. Com base neste exercício de planeamento, o povo indígena San testou agora novas abordagens de gestão de pastagens para se adaptar às condições climáticas em mudança.

41. Karahö, E (2025) Measuring impact: Kenya's innovative approach to tracking and reporting climate action impact'. Artigo web. Cidade do Cabo: CDKN. Disponível em: <https://cdkn.org/story/measuring-impact-kenyas-innovative-approach-tracking-and-reporting-climate-action-impact>



Reunião entre membros de uma Associação Económica e Social da Aldeia na comunidade pastoril de South Omo, na Etiópia.
Crédito fotográfico: Kaleb Worku

Muitas fontes de apoio à resiliência

Conclusão principal: Reforçar a resiliência não se resume apenas ao acesso ao financiamento climático. Trata-se de interligar diferentes estruturas e recursos financeiros de forma a apoiar as prioridades da comunidade. Isto pode envolver contribuições «em espécie» de materiais e conhecimentos às comunidades, para que estas possam aceder-lhes e geri-los diretamente.

Embora o apoio à resiliência seja frequentemente concebido através de uma perspetiva de financiamento climático ou de financiamento do risco de catástrofes, na realidade, deve ser encarado e mobilizado de forma muito mais ampla. Trata-se da intersecção de diferentes estruturas financeiras, desde o nível local ao internacional, e de como a tomada de decisões e a gestão destes fundos podem ser delegadas ao nível comunitário.⁴²

As comunidades podem adotar uma abordagem estratégica para articular as fontes de financiamento externas. É útil dispor de uma estratégia que sustente as atividades ao longo do envolvimento, do investimento e do impacto de múltiplos projetos. As organizações comunitárias e intermediárias podem tirar melhor partido da sinergia entre projetos. As instituições com projetos diferentes estão, por vezes, demasiado fragmentadas e perdem a oportunidade de construir estrategicamente de um projeto para outro, em termos de ferramentas, conhecimentos e recursos humanos.⁴³

Além disso, os agentes comunitários podem adotar uma abordagem empreendedora na obtenção de parcerias que proporcionem doações em espécie por parte dos parceiros: se concedidas nos termos das comunidades, estas podem ser tão úteis quanto as doações em dinheiro. A NaPO no Quênia negociou a utilização de transporte terrestre do Serviço de Vida Selvagem do Quênia para apoiar a Rede de Conservação dos Pastores, liderada pela comunidade, na sua tarefa de mapear os movimentos da vida selvagem e as alterações ambientais, bem como para permitir que equipas de futebol participassem na Taça da Conservação. A NaPO também estabeleceu uma parceria em espécie com uma empresa de comunicação social para produzir um filme profissional sobre a «Conservation Cup» (NaPO e Routes Adventure, 2025).⁴⁴ Consideraram que o filme foi extremamente eficaz para dar maior visibilidade ao seu trabalho, tanto a nível nacional como internacional.

42. Fonte: Ameil Harikishun, workshop de Machakos.
43. Fonte: Prince Ansah e Valerie Nutakor, CDKN Gana, comunicação pessoal, maio de 2026.
44. NaPO e Routes Adventure (2025). «NAPO Conservation Cup: The Movie». <https://cdkn.org/resource/video-napo-conservation-cup>

O financiamento externo como catalisador numa jornada mais longa

Conclusão principal: O financiamento externo é apenas uma parte do percurso de adaptação. O seu maior valor reside em ajudar as comunidades a desenvolver capacidades duradouras, sentido de apropriação e resiliência.

Em última análise, tal como os atores comunitários reconhecem, o financiamento externo para a adaptação é apenas uma parte de uma jornada mais longa nas histórias das comunidades de adaptação às alterações climáticas. Para além de ponderarem estrategicamente como as diferentes formas de assistência externa se podem articular (secção 6.a.iii acima) e como as fontes de financiamento internacionais ou não governamentais complementam as iniciativas governamentais (secção 5), as organizações comunitárias estão a considerar os fundos externos como catalisadores para o que se seguirá, em vez de uma intervenção de curto prazo. Por exemplo, os fundos dos projetos estão a ser utilizados para cobrir custos de capital pontuais relacionados com infraestruturas de adaptação essenciais, que mais tarde poderão ser mantidas através de contribuições da comunidade, ou para reforçar estrategicamente os sistemas e processos de conhecimento fundamentais, tais como a documentação e a aplicação do conhecimento indígena, numa perspetiva de longo prazo.

«Se capacitarmos a comunidade para que seja capaz de desenvolver iniciativas a partir de dentro, de discutir os seus problemas e de ter a capacidade de apresentar esses problemas a qualquer parceiro, então ela poderá angariar fundos por si própria. Assim, não terá de esperar pela próxima visita da SSN ou de outro parceiro. Poderá continuar o seu trabalho por conta própria e até mesmo através dos seus próprios governos locais.»
– Ajelicah Mulwa, Quênia

Como o intercâmbio entre pares e a criação de redes podem fortalecer a liderança comunitária

Conclusão principal: A aprendizagem entre pares entre líderes comunitários de adaptação é um poderoso catalisador para fortalecer e acelerar a LLA, permitindo que as comunidades se adaptem e aproveitem ideias de outros contextos.

A aprendizagem entre pares entre líderes comunitários de adaptação é uma atividade particularmente catalisadora que necessita de apoio financeiro para ser viabilizada. O workshop «Knowledge-to-Action» da CDKN, realizado em Machakos, no Quênia, em agosto de 2025, foi o catalisador deste relatório e gerou muitas novas ideias para a ação comunitária, bem como novas relações produtivas entre pares. O encontro permitiu-nos identificar muitas formas de «fertilização cruzada» de ideias de uma localidade para outra.

Por exemplo, a Grand Slam Camarões expressou a inspiração que retirou do modelo das «maisons d’incubations» (centros de incubação de conhecimento) da CDKN Senegal, onde o conhecimento indígena é utilizado como trampolim para inovar novas abordagens de resiliência climática.

Um colega de Moçambique inspirou-se no que as comunidades quenianas têm feito para reter água doce em condições semiáridas através de barragens de areia, uma vez que também utilizam barragens de areia em Moçambique. Um participante moçambicano salienta como as comunidades quenianas que utilizam a barragem de Miu Weir foram ainda mais longe, porque vão além de represar a água «para incluir um sistema de distribuição da água e criar toda uma rede de irrigação. Esta é uma lição que podemos levar de volta às nossas comunidades.»



Participantes a jogar o jogo de cartas de partilha de conhecimento, «All Hands On Deck», no workshop da LLA em Machakos, no Quênia.
Crédito fotográfico: CDKN

Os colegas do Sudão do Sul tiveram contacto com ideias provenientes de ações locais no Quênia e no Gana, o que os inspirou a tornarem-se ainda mais pioneiros no contexto das suas comunidades:

«Queremos ser pioneiros na LLA no Sudão do Sul, estabelecendo ligações entre os decisores políticos e os fornecedores de recursos e criando uma rede entre os prestadores de serviços e a comunidade local. Queremos criar essa rede com países como o Quênia e o Gana, que têm projetos e políticas de LLA, e poderemos aprender com eles, incorporar essas práticas nas nossas comunidades e tentar compreender como implementá-las.»
– Driuni Jakani, da YEDA.

A aprendizagem entre pares é um fator essencial para acelerar uma adaptação equitativa e baseada na comunidade, tal como demonstrado por estes exemplos da CDKN. Os intervenientes nacionais e internacionais perguntam frequentemente como é que a LLA pode ser ampliada; esta questão suscita mais questões sobre o que significa «escala», quando sabemos que os esforços de adaptação têm de ser específicos a nível local. Uma perspetiva baseada na comunidade questiona: como é que as iniciativas localmente adequadas e lideradas pela comunidade podem ser aprofundadas e melhoradas com base nas experiências de outras comunidades que enfrentam desafios semelhantes?

6. Conclusões e recomendações

Interpretámos a LLA como «adaptação equitativa liderada pela comunidade». Em África, e com este entendimento, a LLA diz respeito, fundamentalmente, a quem conduz as decisões, e não à implementação de atividades técnicas pré-definidas. Isto sublinha a importância de garantir que o poder de decisão seja partilhado de forma equitativa entre os diferentes grupos sociais, particularmente aqueles que foram historicamente excluídos devido ao género, idade, deficiência, etnia ou outras formas interseccionais de marginalização. Esta é a diferença entre «liderada localmente ou pela comunidade» e «implementada localmente».

As comunidades em toda a região estão a inovar com sistemas de conhecimento híbridos, combinando conhecimento indígena, experiência vivida e informação científica de formas específicas ao contexto. Estas abordagens demonstram que uma adaptação eficaz não consiste em escolher entre sistemas de conhecimento, mas sim em criar oportunidades para que estes se complementem mutuamente.

As experiências documentadas neste relatório mostram também que as comunidades não são destinatárias passivas do apoio à adaptação. Já estão a adaptar-se, a inovar, a mobilizar recursos e a responder aos riscos climáticos. O desafio para os governos, financiadores e intermediários não é criar liderança local, mas sim reconhecê-la, reforçá-la e apoiá-la.

Uma adaptação eficaz, equitativa e liderada pela comunidade depende de sistemas de governação que permitam uma tomada de decisão local inclusiva e incluam financiamento previsível e flexível. Reconhecemos a importância dos quadros jurídicos e políticos que viabilizam isto, bem como as formas como são moldados a nível subnacional, nacional e internacional.

Embora todas as abordagens programáticas devam ser ágeis, não estáticas, e assentes nas realidades sociais, esta recomendação é especialmente relevante em contextos afetados por conflitos e mudanças demográficas rápidas, incluindo movimentos populacionais, eventos meteorológicos extremos e impactos climáticos em curso.

Os agentes comunitários estão a trabalhar arduamente para implementar a adaptação e assegurar-lhe uma base financeira sustentável, mesmo quando o apoio de parcerias externas é insuficiente. Os agentes comunitários estão a fazer com que os recursos escassos rendam ao máximo:

- **Utilizar o que têm para avançar com a adaptação** — protegendo os recursos naturais locais e utilizando-os de forma consciente — e, sempre que possível, restaurando-os, para que ecossistemas mais saudáveis possam sustentar as comunidades.
- **Aplicar o conhecimento nas suas diversas formas** — e reconhecer como diferentes tipos de sabedoria e competências residem em diferentes membros das comunidades e podem ser mobilizados para compreender e responder às alterações climáticas.
- **Organizar-se de forma autónoma para proteger, cultivar e partilhar o conhecimento local e indígena** sobre práticas resilientes às alterações climáticas que se estava a perder. Estes são bens preciosos nas comunidades e com os quais os parceiros externos também poderiam aprender, se estiverem dispostos a colaborar numa base de respeito e humildade.

A informação sobre as alterações climáticas é verdadeiramente valorizada e necessária para orientar as ações locais. No entanto, requer uma combinação de atores para adaptar e traduzir a informação climática de forma a que seja útil ao nível da comunidade.

Os atores comunitários estão abertos à inovação e a ver como as coligações orientadas para a ação a nível local implementam tecnologias introduzidas para apoiar uma adaptação equitativa e liderada pela comunidade. Estas coligações de ação local, muitas delas em escolas e estabelecimentos de ensino, estão também a introduzir práticas inovadoras (por exemplo, na agricultura) e a adaptá-las às condições climáticas, ambientais e sociais locais.

Os atores comunitários querem que a participação seja real — e não uma consulta apenas por fazer. É necessária uma contribuição significativa de todos os membros da comunidade para moldar as intervenções de adaptação, determinar quem está envolvido, quem beneficia e, em última análise, alcançar resultados sustentáveis e mais resilientes. A partir destas conclusões gerais e dos exemplos detalhados apresentados neste documento, elaborámos recomendações sobre a implementação e o apoio à LLA para grupos específicos de partes interessadas. Seguem-se essas recomendações.

Recomendações para os atores locais de implementação

Nós, enquanto atores locais de implementação, incluindo intermediários locais, recomendamos o seguinte a outros que desempenham funções semelhantes:

Envolvimento, sensibilização e reforço de capacidades

- **Apoiar as comunidades para que promovam conversas sobre as alterações climáticas** na sua própria língua, enquadradas nas suas próprias referências culturais e preocupações predominantes, de modo a estimular um ciclo construtivo de interesse, inovação, aprendizagem e ação.
- **Promover a ação da LLA no seio das instituições comunitárias já existentes e que são amplamente utilizadas e respeitadas pela população local.** Estas instituições podem ser «instituições de desenvolvimento» formalmente reconhecidas pelo Estado (por exemplo, escolas), mas é igualmente importante envolver-se através de instituições comunitárias tradicionais e informais (por exemplo, comissões de gestão de recursos naturais, grupos de agricultores, pescadores e criadores de gado, grupos de mulheres e chefias locais).
- **Explorar se algum aspeto das instituições comunitárias existentes (informais e formais) poderia ser reforçado — se for caso disso — para as tornar ainda mais eficazes** no apoio à geração e difusão de conhecimento e ação em matéria de clima.
- **Adotar uma perspetiva de longo prazo no reforço institucional**, considerando como as instituições comunitárias e as capacidades que estas promovem podem ser sustentadas ao longo do tempo.

Equidade e inclusão

- **Assegurar que os grupos sociais marginalizados e excluídos sejam envolvidos e participem de forma significativa** nas estruturas e processos de tomada de decisão da LLA. Explorar formas de informar e apoiar ainda melhor a sua participação, por exemplo, fornecendo às pessoas informações sobre os seus direitos legais, as alterações climáticas e as oportunidades de participar e liderar — para que não estejam meramente presentes, mas também bem informadas e apoiadas para serem influentes nestes processos.

Parcerias e relações de financiamento

- **As contribuições em espécie das comunidades devem ser avaliadas em termos de custo, e o valor dessas contribuições deve ser plenamente reconhecido em quaisquer parcerias externas.** As comunidades já estão a contribuir com vastas quantidades do seu próprio conhecimento, trabalho e bens materiais para a adaptação. O reconhecimento desta contribuição deve alterar a base das parcerias, reforçando a importância da liderança comunitária na decisão sobre a forma como os recursos externos e internos combinados são utilizados.
- **Definir um papel claro e intencional para os atores locais, que seja adequadamente remunerado, para educar e informar os parceiros externos** (incluindo intermediários externos e parceiros financiadores) sobre os riscos e impactos climáticos na sua localidade, bem como sobre os valores e as prioridades de ação da população local. Os atores externos carecem, normalmente, de conhecimento suficiente sobre as dinâmicas locais: devem ser vistos também como aprendizes, e a experiência comparativa dos atores locais deve ser plenamente reconhecida. Esta «redefinição» das dinâmicas convencionais doador/beneficiário é necessária para concretizar parcerias equitativas, justas e respeitadas no âmbito da LLA.
- **Solicite fundos de apoio ao planeamento ou à preparação de projetos para compensar o tempo dedicado pelos membros da comunidade à avaliação das necessidades e ao trabalho de definição do âmbito do projeto**, conforme necessário. Isto deve incluir recursos para avaliações das necessidades em matéria de GESI.
- **Considere o financiamento externo de projetos como um «catalisador» ou acelerador para o que se**

segue na construção da resiliência comunitária. Os fundos dos projetos podem lançar novas iniciativas ou reforçar estrategicamente o que as comunidades já estão a fazer, ao mesmo tempo que desenvolvem a capacidade comunitária a longo prazo. O apoio à preparação pode ajudar as organizações comunitárias a aproveitar projetos anteriores, em vez de os repetir ou duplicar. Conceba para as comunidades, governos, movimentos e redes: o tecido social que sobreviverá muito para além de um ciclo de projeto ou de subvenção.

- **Explore formas de as comunidades aproveitarem as contribuições em espécie dos parceiros financiadores.** Se as comunidades precisarem de mais apoio por parte de atores externos, poderão querer avaliar se necessitam de dinheiro ou se se contentariam com materiais, assistência técnica ou outros tipos de apoio que considerem benéficos. O essencial é que as contribuições externas respondam às prioridades da comunidade e reforcem a resiliência a longo prazo, em vez de criarem dependência ou encargos adicionais.

Recomendações para as autarquias locais

- **As recomendações para os governos locais devem ser específicas ao contexto, devido à diversidade dos sistemas de governação em todo o continente.** É difícil apresentar recomendações muito específicas para os governos locais «no seu conjunto» sobre como apoiar, reforçar e implementar a LLA. Isto deve-se ao facto de os sistemas de governação e o grau de autonomia a nível do governo local variarem consideravelmente. Isto inclui o grau de autonomia de que os governos locais dispõem para aceder a recursos — incluindo a angariação de receitas — e, posteriormente, para afetar despesas à adaptação: este grau varia consideravelmente de um país africano para outro. Com efeito, é difícil falar sobre a LLA sem reconhecer o grau global de descentralização da tomada de decisões, incluindo a autoridade orçamental, num determinado país.

Recomendações para intermediários externos

As organizações intermediárias podem:

- **Orientar-se pela diversidade dos contextos locais** e não partir do princípio de que uma solução de adaptação num local é o modelo para outro.
- **Partir do conhecimento da comunidade, da experiência vivida e das prioridades.** Enquadrar a adaptação na forma como as comunidades compreendem os impactos climáticos e as soluções, utilizando línguas locais, referências culturais e preocupações do quotidiano.
- **Apoiar-se nas instituições e sistemas locais existentes.** As comunidades já dispõem de instituições formais e informais que apoiam a aprendizagem, a tomada de decisões e a ação. Em vez de criar estruturas paralelas, aproveitar as instituições que são de confiança, legítimas e eficazes.
- **Invista na mediação de conhecimento.** Apoie atores de confiança para reunir as partes interessadas, fazer a ponte entre diferentes sistemas de conhecimento, fortalecer redes e relações e ajudar a traduzir o conhecimento em ações climáticas equitativas e lideradas pela comunidade.
- **Adaptar as abordagens a contextos afetados por conflitos.** As instituições locais podem ter sido perturbadas ou enfraquecidas. A adaptação equitativa e liderada pela comunidade deve ser flexível e sensível a estas realidades, criando simultaneamente oportunidades para a participação e liderança locais.
- **Reconhecer que a vulnerabilidade e a capacidade de adaptação são moldadas por fatores sociais, económicos e culturais que se cruzam.** Procurar compreender as diferenças em termos de experiência, prioridades e capacidade de ação no seio das comunidades, e como fatores como a idade, a deficiência, o deslocamento, a etnia, os meios de subsistência, o estatuto social e o acesso aos recursos influenciam a participação e a resiliência. Fazer isso pode ajudar a evitar o reforço das desigualdades existentes.

Parcerias e relações de financiamento

As organizações intermediárias devem reconhecer que as parcerias de adaptação podem, involuntariamente, criar novos riscos ou reforçar as desigualdades existentes, caso não se baseiem nas realidades locais.

Os intermediários podem prestar apoio adequado e reduzir riscos indesejados ao:

- colaborando de forma respeitosa com os atores da comunidade para compreender as suas prioridades e necessidades de apoio;
- compreender os papéis, as responsabilidades e o grau de inclusão das instituições locais, incluindo quem está representado e quem está excluído;
- atuando como um «amigo construtivo», sendo claros quanto ao apoio que podem prestar, mantendo-se simultaneamente flexíveis e receptivos às necessidades da comunidade; e
- atuando como um «amigo crítico», partilhando perspetivas, colocando questões desafiantes e apoiando a aprendizagem coletiva e a gestão adaptativa.
- Defender a proteção, os direitos e os padrões éticos como requisito mínimo para a parceria, incluindo princípios estabelecidos, tais como o Consentimento Livre, Prévio e Informado e a proteção dos direitos e do bem-estar da comunidade.

Recomendações para os governos nacionais

Os governos nacionais podem apoiar as seguintes áreas:

Sistemas e políticas facilitadoras

- **Repensar as mentalidades convencionais de desenvolvimento: a LLA representa uma mudança necessária de paradigma e nos sistemas, políticas e práticas que a acompanham, para reconhecer a resiliência existente das pessoas e reforçá-la.** Cada país africano tem o seu próprio sistema de governação específico: a LLA, tal como a interpretamos como equitativa e liderada pelas comunidades locais, deve ser entendida em termos do que é adequado para cada um e de como as políticas podem ser desenvolvidas para reforçar os esforços liderados pelas comunidades e o apoio a estes, em cada país.
- **Legislar e financiar o desenvolvimento descentralizado, que se estende ao domínio da adaptação.** Criar ou reforçar mecanismos subnacionais de financiamento climático e investir em facilitação e abordagens participativas — embora reconhecendo que algumas nações africanas estão mais avançadas neste caminho, como o Quênia, e precisam de aprofundar a monitorização, a avaliação e a aprendizagem para revelar mais sobre «como» isso funciona.

Equidade e inclusão

- **Integrar os processos de adaptação liderados pelas comunidades nos Planos Nacionais de Adaptação (PNA), nas Contribuições Determinadas a Nível Nacional (CDN) e noutros planos e estratégias nacionais.**
- **Sistematizar o reconhecimento de instituições comunitárias equitativas do ponto de vista do género e social.**

Parcerias e relações de financiamento

- **Criar as condições adequadas para o estabelecimento de parcerias público-privadas (PPP) em geral, e de PPP de base comunitária (PPPcs) em particular,** para promover a LLA. Isto pode e deve reconhecer a grande diversidade de atores do setor privado a nível nacional (tanto a nível nacional como local) que podem contribuir para a concretização do desenvolvimento sustentável local: muitos são pequenas e médias empresas, já integradas nas comunidades ou interessadas em oportunidades ligadas aos recursos e ecossistemas.

Recomendações para os parceiros financiadores

Os parceiros financiadores, sejam eles nacionais, regionais ou internacionais, podem:

- **Financiar relações, redes e coordenação, e não apenas projetos ou organizações individuais.** A LLA depende de ligações sólidas entre comunidades, instituições e diferentes níveis de governação. O financiamento deve ter em conta o tempo e o esforço necessários para coordenar entre grupos, reforçar relações, promover a aprendizagem entre pares e apoiar a colaboração entre os intervenientes que atuam a diferentes níveis.
- **Prestar apoio financeiro de base plurianual, que é urgentemente necessário para a construção de confiança e o reforço institucional que a LLA exige ao nível comunitário.** Se o financiamento for demasiado de curto prazo, os beneficiários não terão tempo suficiente para gerar benefícios significativos; é importante conceder tempo e apoio para percorrer um ciclo de ação, aprendizagem, compreensão dos benefícios e ajustamento das abordagens, de modo a criar um legado sólido.
- **Aproveitar estrategicamente o que já existe.** Em vez de reinventar abordagens ou criar iniciativas paralelas, o financiamento deve reforçar e interligar os esforços, as instituições e os conhecimentos existentes que já estão a funcionar de forma equitativa e eficaz ao nível da comunidade.
- **Considerar a concessão de subvenções iniciais de planeamento ou preparação a organizações** (tanto organizações de base comunitária como organizações intermediárias que trabalham com as comunidades) para definir o âmbito e validar ideias, incluindo a forma de aproveitar o que já existe. **E/ou prolongar a duração das subvenções** (o que constitui uma questão sistémica) e permitir que o primeiro ano se concentre na definição do âmbito e na preparação, com recursos suficientes para que tal seja significativo. Esse apoio também pode permitir que as comunidades documentem prioridades, realizem avaliações de necessidades e **reconheçam o valor das contribuições em espécie das comunidades, incluindo tempo, trabalho e conhecimento local.** O apoio externo pode complementar e reforçar estes investimentos comunitários já existentes.
- **Investir no desenvolvimento resiliente às alterações climáticas em contextos afetados por conflitos.** Em contextos afetados por conflitos ou deslocamentos, o investimento externo deve ir além da ajuda de emergência a curto prazo para apoiar abordagens de resiliência a longo prazo e enraizadas na comunidade. Isto inclui um apoio flexível, sensível ao contexto e às questões de género, equidade e inclusão (GESI), que reforce as capacidades locais, os meios de subsistência e as vias de adaptação de forma a refletir as realidades em mudança e as prioridades da comunidade.

Recomendações adicionais para os intervenientes internacionais

Órgãos regionais, como a União Africana, podem:

- **Integrar a adaptação liderada pela comunidade** na implementação da Agenda 2063 e de outros compromissos à escala continental.

As instituições internacionais, tais como as instituições de financiamento do desenvolvimento, podem:

- **Reconhecer que as comunidades africanas já se estão a adaptar; as ações internacionais devem reforçar as iniciativas locais e não as comprometer.** É necessária uma certa dose de humildade por parte das instituições internacionais quanto à forma como a sua contribuição se pode enquadrar. As instituições internacionais acrescentam maior valor quando as suas contribuições reforçam e se baseiam em iniciativas lideradas pela comunidade, em vez de as substituírem ou comprometerem involuntariamente. Isto requer uma vontade de ouvir, aprender e trabalhar de forma a responder às prioridades e à liderança da comunidade.
- **Reconhecer a liderança local e comunitária africana, reforçar as organizações intermediárias africanas e investir na aprendizagem entre pares,** para que as fortes raízes da resiliência em África possam ser ainda mais cultivadas e apoiadas de forma adequada — utilizando os talentos, as competências e os conhecimentos que já existem.

ANEXO

Projetos e programas da CDKN África

Reforço da biodiversidade através do conhecimento tradicional africano, Benim

A «Survie de la Mère et de l'Enfant», o «Cercle de Développement des Initiatives Féminines», o «Bureau d'appui Conseil d'Afrique pour les Réalisations» e a «Association pour la Promotion des Initiatives Locales» estão a trabalhar em Collines, no Benim, para:

- Reforçar a capacidade de proteger florestas sagradas, espécies nativas e recursos vitais, integrando o conhecimento tradicional na conservação quotidiana.
- Documentar métodos indígenas, de modo a prepará-los para integração nos planos ecossistémicos e na futura Lei Nacional da Biodiversidade.
- Validar um modelo de liderança conjunta com líderes espirituais, autoridades e atores de base, estabelecendo um precedente para uma adaptação com enraizamento cultural em toda a região.

Visite: <https://cdkn.org/project/enhancing-biodiversity-using-traditional-african-knowledge-benin>

Arte urbana pelo clima, Camarões

A Grand Slam National, a ABOK Art, a Mbar Mart Sarl, a Voice4thought e a Coupe d'Afrique de Slam Poésie estão a trabalhar em quatro cidades dos Camarões para:

- Capacitar 30 jovens artistas em Maroua, Bertoua, Douala e Kribi para defenderem a ação climática nas suas comunidades.
- Reforçar a autoconfiança e a liderança em 72 raparigas através de espaços criativos inclusivos. Envolver formadoras como modelos a seguir, apoiando 18 raparigas por cidade e desafiando as normas de género.
- Aproveitar a criatividade dos jovens para o «ativismo», tornando a narrativa uma ferramenta para o desenvolvimento profissional, a educação climática e a mudança de comportamentos nas áreas urbanas dos Camarões.

Visite: <https://cdkn.org/project/urban-art-climate-cameroon>

Restauração de ecossistemas e governação por comunidades indígenas, Quénia

A Nature and People as One (NaPO) está a trabalhar para:

- Garantir o compromisso institucional do Serviço Florestal do Quénia para validar e implementar um plano de gestão florestal liderado pela comunidade para o Monte Marsabit.
- Garantir que apicultores, pastores e pequenos agricultores estejam representados na tomada de decisões em matéria de conservação.
- Apoiar a monitorização em tempo real da vida selvagem e dos movimentos dos rebanhos para ajudar a mitigar conflitos e proteger os ecossistemas.

Visite: <https://cdkn.org/project/mobilising-locally-led-action-restoration-and-governance-mount-marsabit-kenya>

Aprender para a resiliência, Moçambique

A Fundação Micaia e a Rede de Jovens Gonzololo estão a trabalhar na província de Manica com o objetivo de:

- Lançar mais de 30 ações climáticas lideradas pela comunidade, que se inspiram tanto nas práticas indígenas como na ciência climática para dar resposta a desafios reais e locais.
- Reforçar a literacia climática entre os jovens, especialmente as jovens mulheres, através de intercâmbios de aprendizagem que unam as perspetivas rurais e urbanas.
- Produzir materiais didáticos de código aberto e específicos para cada contexto, que permitam a outros replicar a nossa abordagem integrada à educação e à ação climática.

Visite: <https://cdkn.org/project/supporting-local-adaptation-efforts-leverage-scientific-and-indigenous-knowledge-western-mozambique>

O clima no mapa, Sudão do Sul

A Youth Empowerment and Development Aid (YEDA) e a Humanitarian Open Street Mapping estão a trabalhar no condado de Mundri para:

- Desenvolver os primeiros mapas de risco climático para o condado de Mundri, a fim de informar a tomada de decisões locais numa área de alto risco.
- Criar em conjunto com as autoridades e as ONG um plano comunitário de resposta a catástrofes, para reforçar a preparação para inundações.
- Melhorar a proteção dos recursos naturais, combinando dados geoespaciais com o conhecimento indígena para combater a deflorestação e restaurar os ecossistemas.

Visite: <https://cdkn.org/project/identifying-climate-related-risks-and-adaptation-measures-through-infrastructure-mapping-south-sudan>

Programa da CDKN no Gana

O programa nacional da CDKN no Gana está a trabalhar para apoiar:

- Organizações lideradas por jovens para influenciar com sucesso as políticas climáticas em todos os níveis de governação, de modo a responder eficazmente às necessidades da comunidade.
- Grupos de base e jovens empreendedores, para que demonstrem maior autonomia financeira, garantindo financiamento climático e implementando projetos de impacto impulsionados a nível local.
- O reforço da literacia climática em comunidades vulneráveis (regiões do Alto Oeste, Alto Leste, Norte e costeiras) através de ferramentas inovadoras e de um envolvimento estratégico com os meios de comunicação social.

Visite: <https://cdkn.org/regions/ghana>

Programa da CDKN na Etiópia

O programa nacional da CDKN na Etiópia está a trabalhar para apoiar:

- Grupos climáticos liderados por jovens, para reforçar a sua capacidade institucional através da comunidade de prática nacional sobre Género e Alterações Climáticas e para que tenham uma voz mais forte em eventos nacionais de networking.
- Organizações climáticas lideradas por jovens, com assistência técnica e subvenções que lhes permitam explorar um acesso alargado a financiamento para a ação climática.

Isto faz parte do trabalho de longa data do programa com as instituições de coordenação climática da Etiópia, incluindo o Fundo para uma Economia Verde Resiliente às Alterações Climáticas e o Ministério do Planeamento e Desenvolvimento, com o objetivo de integrar a GESI (Género, Equidade e Inclusão) nas ações climáticas em todos os setores e departamentos governamentais.

Visite: <https://cdkn.org/regions/ethiopia>

Programa da CDKN no Quénia

O programa nacional da CDKN no Quénia está a trabalhar para apoiar:

- A integração de uma ferramenta de Monitorização, Avaliação, Relatórios e Aprendizagem (MERL) nos quadros governamentais nacionais e distritais, para melhorar o acompanhamento dos investimentos em financiamento climático liderados localmente, bem como da execução e dos dados dos projetos.
- O reforço das capacidades das comunidades, dos condados e dos ministérios em matéria de MERL, financiamento climático e acompanhamento de resultados.
- O reforço da capacidade de liderança sensível às questões de género nos condados quenianos, com vista a melhorar a governação e a sustentabilidade dos investimentos climáticos.

Visite: <https://cdkn.org/regions/kenya>

Programa da CDKN na Namíbia

O programa nacional da CDKN na Namíbia está a trabalhar para apoiar:

- Comissões subnacionais de gestão do risco de catástrofes, para que integrem as questões relacionadas com as alterações climáticas.
- Os governos nacionais e subnacionais a reforçarem a sua capacidade para uma ação climática inclusiva e que integre a perspetiva de género.
- A coordenação e descentralização do financiamento climático inclusivo na Namíbia.

A equipa está também a desenvolver um pacote de recursos sobre GESI (Género, Equidade e Inclusão) em colaboração com o Ministério da Igualdade de Género e Bem-Estar Social, a Fundação para a Natureza da Namíbia, o Fundo de Investimento Ambiental e investigadores académicos, com o objetivo de apoiar os profissionais da área climática.

Visite: <https://cdkn.org/regions/namibia>

Programa da CDKN no Senegal

O programa nacional da CDKN no Senegal está a trabalhar para apoiar:

- A melhoria das condições de vida das comunidades costeiras locais, especialmente das mulheres, na região de Petite-Côte, no sul do Senegal.
- A criação de um ambiente propício para que as autoridades locais envolvam e apoiem os atores locais nas suas iniciativas.
- A criação de um centro de recursos online para responder a pedidos recorrentes de informação e conhecimento locais e indígenas sobre práticas de adaptação às alterações climáticas lideradas a nível local.

Visite: <https://cdkn.org/regions/senegal>

Página do projeto LLA da CDKN

A página no site da CDKN destaca a LLA como uma área de ação prioritária.

Visite: <https://cdkn.org/project/locally-led-adaptation-priority-area>

Glossário

Glossário de conceitos e definições sobre adaptação às alterações climáticas

Adaptação⁴⁵ : O processo de ajustamento às alterações climáticas reais ou previstas e aos seus efeitos. O objetivo é atenuar ou evitar danos, ou aproveitar oportunidades benéficas. Por exemplo, a transição para culturas resistentes à seca é uma medida de adaptação. Esta difere da **mitigação**, que se centra na redução das emissões de gases com efeito de estufa para abrandar as próprias alterações climáticas (UNFCCC 2022)

Abordagem de baixo para cima⁴⁶ : Uma estratégia em que o planeamento e a tomada de decisões começam ao nível local ou comunitário, antes de avançarem para níveis superiores e centrais. Isto contrasta com a **abordagem de cima para baixo**, em que os governos nacionais ou organismos internacionais formulam estratégias e, em seguida, as transmitem para implementação. A LLA defende uma abordagem de baixo para cima para garantir que as soluções sejam relevantes e sustentáveis (WRI)

Fortalecimento de capacidades: Define-se como o processo de desenvolver e reforçar as competências, instintos, capacidades, processos e recursos de que as organizações e comunidades necessitam para sobreviver, adaptar-se e prosperar num mundo em rápida mudança. Um ingrediente essencial no fortalecimento de capacidades é a transformação gerada e sustentada ao longo do tempo a partir de dentro; este tipo de transformação vai além da execução de tarefas, estendendo-se à mudança de mentalidades e atitudes (ONU)

Financiamento climático⁴⁷ : O financiamento climático refere-se ao financiamento local, nacional ou transnacional proveniente de fontes públicas, privadas e alternativas, que visa apoiar ações de mitigação e adaptação destinadas a fazer face às alterações climáticas (UNFCCC)

Justiça climática⁴⁸ : Um conceito que enquadra as alterações climáticas como uma questão ética e política, e não apenas ambiental. Reconhece que as comunidades mais pobres e vulneráveis do mundo são as que menos contribuem para as alterações climáticas, mas sofrem os seus piores efeitos (ONU)

Adaptação baseada na comunidade (CbA)⁴⁹ : Uma metodologia prática que põe em prática os princípios da LLA. A CbA é um processo liderado pela comunidade, no qual grupos locais identificam os seus riscos climáticos e prioridades e utilizam os seus conhecimentos para implementar projetos de adaptação. Trata-se, fundamentalmente, de uma abordagem de baixo para cima (IIED)

Adaptação baseada nos ecossistemas (EbA)⁵⁰ : A EbA consiste na utilização da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos como parte de uma estratégia global de adaptação para ajudar as pessoas a adaptar-se aos efeitos adversos das alterações climáticas. A EbA visa manter e aumentar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade das pessoas e dos ecossistemas de que dependem face aos efeitos adversos das alterações climáticas. (CBD, 2009)

GESI (igualdade de género e inclusão social)⁵¹ : Um quadro que reconhece que os impactos das alterações climáticas não são neutros em termos de género e afetam diferentes grupos sociais de forma desproporcional. A GESI assegura que a ação climática aborde os impactos diferenciados das alterações climáticas nos grupos marginalizados, particularmente as mulheres e as populações socialmente excluídas (idosos, jovens, pessoas com deficiência, minorias étnicas, povos indígenas), promovendo simultaneamente a participação equitativa nas soluções climáticas. O conceito de inclusão social na ação climática reconhece que

múltiplos sistemas de desigualdade, que se sobrepõem, moldam os impactos climáticos. A inclusão social abrange processos que garantem que indivíduos e grupos tenham acesso a oportunidades, recursos e processos de tomada de decisão necessários para a plena participação na sociedade. Enfatiza tanto a justiça distributiva (atribuição justa de recursos e encargos) como a justiça processual (participação significativa nos processos de tomada de decisão) (UNFCCC)

Financiamento para a resiliência: O financiamento para a resiliência refere-se à mobilização, alocação e gestão de recursos financeiros de forma a permitir que indivíduos, comunidades, empresas, organizações, países e sistemas antecipem, absorvam, se adaptem, recuperem e se transformem face a choques e pressões — tais como os causados pelas alterações climáticas, pela volatilidade económica ou por perturbações sociais —, reforçando simultaneamente a sua capacidade a longo prazo para prosperar. Abrange um leque de estratégias, desde o microfinanciamento para populações vulneráveis até aos obrigações verdes para projetos de infraestruturas em grande escala, todas destinadas a reforçar a capacidade de resistir a choques e pressões.

Conhecimento indígena e local (ILK)⁵² : O conhecimento indígena refere-se aos entendimentos, competências e filosofias desenvolvidos por sociedades com longas histórias de interação com o seu ambiente natural. O conhecimento local refere-se aos entendimentos e competências desenvolvidos por indivíduos e populações, específicos do local onde vivem. Estas formas de conhecimento, designadas conjuntamente por Conhecimento Indígena e Local (ILK), são frequentemente altamente específicas do contexto e estão enraizadas nas instituições locais, proporcionando conhecimento biológico e sobre os ecossistemas, a par de informação sobre a paisagem (IPCC, Capítulo 7).

Intermediação de conhecimento: O processo de facilitar decisões baseadas em evidências e ações climáticas através do aumento da acessibilidade da informação; da tradução e adaptação da informação para que seja relevante, credível e compreensível; da integração de diferentes tipos de conhecimento através da cocriação entre uma variedade de partes interessadas e setores; e da identificação e resolução das barreiras sistémicas que impedem resultados climáticos sustentáveis e equitativos. A CDKN definiu os mediadores de conhecimento como facilitadores da mudança que reforçam as relações, as redes e a compreensão do desafio climático, recorrendo a diversos tipos de conhecimento e experiência, para garantir que sejam tomadas e implementadas decisões adequadas para um mundo mais resiliente às alterações climáticas.

Adaptação liderada localmente (LLA)⁵³ : A adaptação liderada localmente (LLA) é uma abordagem à adaptação às alterações climáticas que capacita as comunidades locais para liderarem a conceção, implementação e monitorização de soluções. Reconhece que as populações locais possuem conhecimentos essenciais sobre o seu ambiente e sistemas sociais, o que as coloca na melhor posição para enfrentar os seus desafios climáticos específicos. O foco está na transferência de poder e recursos dos modelos tradicionais de cima para baixo para os atores locais (WRI)

Perdas e danos⁵⁴ : «Perdas e danos» é um termo geral utilizado nas negociações climáticas da ONU para se referir às consequências das alterações climáticas que vão além daquilo a que as pessoas se podem adaptar; por exemplo, a perda de locais de património costeiro devido à subida do nível do mar ou a perda de casas e vidas durante inundações extremas. Isto inclui também situações em que existem opções de adaptação, mas uma comunidade não dispõe dos recursos para aceder a elas ou utilizá-las (weADAPT)

45. <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-convention/glossary-of-climate-change-acronyms-and-terms#a>

46. <https://www.wri.org/initiatives/locally-led-adaptation/principles-locally-led-adaptation>

47. <https://unfccc.int/topics/introduction-to-climate-finance#:~:text=Climate%20finance%20refers%20to%20local,that%20will%20address%20climate%20change.>

48. <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2022/03/climate-justice/>

49. <https://www.iied.org/our-work/climate-change/community-based-adaptation>

50. <https://unfccc.int/topics/adaptation-and-resilience/the-big-picture/ecosystem-based-adaptation>

51. <https://unfccc.int/gender>

52. <https://unfccc.int/process-and-meetings/bodies/constituted-bodies/facilitative-working-group-of-the-lcipp/workplan-activities/activity-1-knowledge>

53. <https://www.wri.org/initiatives/locally-led-adaptation>

54. <https://weadapt.org/knowledge-base/climate-finance/what-is-loss-and-damage-from-climate-change-8-key-questions-answered/>

Planos Nacionais de Adaptação (PNA): Um processo estabelecido no âmbito da UNFCCC para ajudar os países a realizar um planeamento abrangente de adaptação às alterações climáticas a médio e longo prazo (UNFCCC).

Contribuições Determinadas a Nível Nacional (NDC): Os planos de ação climática apresentados por cada país que é parte do Acordo de Paris. As NDC descrevem como um país planeia reduzir as emissões e adaptar-se aos impactos climáticos (ONU).

Acordo de Paris: Um tratado internacional juridicamente vinculativo sobre as alterações climáticas. Foi adotado por 195 Partes na Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP21), realizada em Paris, França, a 12 de dezembro de 2015. Entrou em vigor a 4 de novembro de 2016. O seu objetivo geral é manter «o aumento da temperatura média global bem abaixo dos 2 °C acima dos níveis pré-industriais» e envidar esforços «para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais» (UNFCCC).

Resiliência: A capacidade dos sistemas sociais, económicos e ambientais de fazer face a um evento, tendência ou perturbação perigosa. Os sistemas resilientes podem responder ou reorganizar-se de forma a manter a sua função essencial, identidade e estrutura, mantendo simultaneamente a capacidade de adaptação, aprendizagem e transformação (UNEPFI).

Envolvimento das partes interessadas: O processo de envolver ativamente todas as partes que tenham interesse ou sejam afetadas por um projeto ou política.

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC): O principal tratado internacional, estabelecido em 1992, para combater «a interferência humana perigosa no sistema climático». Constitui a base para a ação climática global e acolhe negociações anuais denominadas Conferências das Partes (COP).

Vulnerabilidade: De acordo com o IPCC (2014), a vulnerabilidade é a propensão ou predisposição para ser afetado de forma adversa. Resulta de um conjunto complexo de fatores e condições interligadas dentro de um sistema, que decorrem de contextos históricos e atuais de natureza cultural, social, ambiental, política e económica.

Uma mulher dasenech
apanha lenha para
cozinhar na Etiópia.

Crédito: Urban Film
Production





Uma equipa de documentários entrevista uma mulher de uma comunidade pastoral na Zona de Omo do Sul, na Etiópia (Crédito: Kaleb Worku)

Sobre a Rede de Conhecimento sobre Clima e Desenvolvimento (CDKN)

A CDKN apoia os decisores dos países em desenvolvimento na conceção e concretização de um desenvolvimento compatível com o clima. Fá-lo combinando a partilha de conhecimento, a investigação e serviços de consultoria em apoio a processos políticos apropriados e geridos localmente. A CDKN trabalha em parceria com decisores dos setores público, privado e não governamental, a nível nacional, regional e mundial.

WWW.CDKN.ORG

CDKN@SOUTHSOUTHNORTH.ORG



Climate & Development
Knowledge Network

SOUTH
SOUTH
NORTH



Ministry of Foreign Affairs of the
Netherlands



Este trabalho foi realizado com o apoio de uma subvenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos e do Centro Internacional de Investigação para o Desenvolvimento (IDRC), do Canadá, no âmbito do Programa da Rede de Conhecimento sobre Clima e Desenvolvimento (CDKN). As opiniões aqui expressas não representam necessariamente as do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, nem as do IDRC ou do seu Conselho de Governadores, nem as das entidades que gerem a CDKN.

© Rede de Conhecimento sobre Clima e Desenvolvimento, 2021. Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma Licença Creative Commons de Atribuição, Não Comercial (CC BY-NC 3.0).